

**MARIA DE LOURDES ALVES**

# **GOIÂNIA UMA CIDADE DE MIGRANTES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Orientador:** Fausto Miziara

**Goiânia**

**2002**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Maria de Lourdes Alves*

Título do trabalho: *Goiânia: uma cidade de migrantes*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>



Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Data: 09 / 12 / 2020

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

**MARIA DE LOURDES ALVES**

**GOIÂNIA UMA CIDADE DE MIGRANTES**

**Dissertação defendida e aprovada em 15 de fevereiro de 2002, pela  
Banca Examinadora constituída pelos professores.**

**Prof. Dr. Fausto Miziara**

Presidente da Banca

**Profa. Dra. Lyz Elizabeth Amorim M. Duarte**

**Prof. Dr. Carlos Marcos Batista**

Aos meus pais Geralda e Espedito (m *memoriam*), pelas lições de humildade e persistência, que ajudaram-me a vencer os obstáculos. Pelo carinho e amor que sempre me dedicaram

Aos meus irmãos e irmãs, sempre solidários e encorajadores, nos momentos mais difíceis.

Ao Hudson, pela dosagem equilibrada de críticas e elogios, de amor e incentivo, nos momentos decisivos.

## **AGRADECIMENTOS**

De maneira especial a Deus e a meus mentores espirituais, pelas inspirações nas horas exatas.

Ao professor Fausto Miziara, pelo privilégio da orientação acadêmica competente e pelo respeito ao meu processo de amadurecimento intelectual, pelos ensinamentos, pela paciência e pela solidariedade e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos professores Carlos Marcos Batista e Lyz Elizabeth que compuseram a Banca de Qualificação e contribuíram sobremaneira com suas sugestões e observações, ora incorporadas a este trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação, em especial, àqueles que não foram apenas professores, mas mestres, e com certeza, fizeram com que eu pudesse sonhar e acreditar nos meus sonhos, a única maneira com a qual pude realizá-los. Por isso, vou continuar sonhando, pois sei que querer é o primeiro passo para conquistar

## SIGLAS UTILIZADAS

CANG	Colônia Agrícola de Goiás
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura em Goiás
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Conferência de Trabalhadores Agrícolas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IPLAN	Instituto de Planejamento
JAC	Juventude Agrária Católica
LAC	Liga Agrária Católica
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
PC	Partido Comunista
PDIG	Plano Diretor Integrado
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UCG	União dos Camponeses em Goiás
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAG	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Migração interna líquida de brasileiros natos (1872-1920).....	21
Tabela 2 População residente, segundo as grandes regiões (1872-1920).....	22
Tabela 3 População residente segundo os municípios das grandes capitais 1872-1920.....	23
Tabela 4 População rural e urbana do Brasil nos recenseamentos de 1940, 1950, 1960 e 1970.....	35
Tabela 5 Evolução do número de trabalhadores rurais assassinados nas décadas de 1970 a 1980 no estado de Goiás.....	60
Tabela 6 Conflitos de terra em 1988 na Região Centro-Oeste.....	61
Tabela 7 Participação percentual dos imigrantes nos últimos 10 anos na população total, segundo grupo etários, residentes nos municípios das capitais do Centro-Oeste na década de 1980.....	62
Tabela 8 Migrantes por cidade nos anos 80.....	62
Tabela 9 População de Goiânia de 1933 a 1980.....	68
Tabela 10 População residente, segundo os municípios das capitais do Centro-Oeste 1940-1991.....	69
Tabela 11 Pessoas não naturais do município onde residem, por lugar de domicílio anterior, segundo os estados incluindo o exterior e Distrito Federal ano 1970.....	70
Tabela 12 População de Goiânia e de suas zonas rurais nas décadas 1940 a 1991... 70	
Tabela 13 Migrantes intermunicipais provenientes de ligações intra e interestadual com mais de mil pessoas.....	72
Tabela 14 Migrantes intermunicipais provenientes de ligações interestaduais com mais de mil pessoas Goiânia - 1970-1980.....	73
Tabela 15 População residente de 1980-1991, por sexo e taxa de crescimento anual, segundo os municípios goianos.....	75
Tabela 16 Taxa de desocupação da população economicamente ativa total, migrante e das pessoas que migraram entre 1970-1980, segundo a localização geográfica - 1980.....	83

Tabela 17 Taxas de atividade e da ocupação da força de trabalho residente nas capitais do Centro-Oeste - 1980.....	83
Tabela 18 Porcentagem da população economicamente ativa ocupada total, de migrantes nos últimos 10 anos, segundo classes de renda em Goiânia - 1980.....	84
Tabela 19 Migrantes do Banco de Dados do Cadastro da Renda Cidadã. Origem e nível de escolaridade.....	85
Tabela 20 Porcentagem da população economicamente ativa ocupada total, migrantes nos últimos 10 anos, segundo classes de renda em Goiânia - 1980.....	86
Tabela 21 População residente em Goiânia, provenientes de migração nos anos de 1970, 1980, 1990 por lugar de nascimento e Região.....	90

**LISTA DE TABELAS.....**

**RESUMO.....**

**ABSTRACT.....**

**INTRODUÇÃO.....**

## **CAPÍTULO I**

**OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL.....**

**1.1 Economia brasileira e migração.....**

**1.2 Urbanização e migração.....**

## **CAPÍTULO II**

**OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS FRONTEIRAS DE GOIÁS.....**

**1.1 Os movimentos migratórios em Goiás.....**

**1.2 A fronteira e a questão da migração em Goiás.....**

**1.3 Migração, Fronteira e Conflitos Sociais.....**

## **CAPÍTULO III**

**GOIÂNIA - MIGRAÇÃO E PERSPECTIVAS.....**

**1.1 Goiânia - breve histórico de sua ocupação.....**

**1.2 Goiânia e o processo migratório.....**

**1.3 O Primeiro desafio do migrante - inserir - se mercado de trabalho em**

**Goiânia.....**

**1.4 Habitação e migração - um duplo desafio.....**

**1.5 A migração e o desafio urbano de Goiânia.....**

**CONCLUSÃO.....**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## **RESUMO**

Esta dissertação analisa os fluxos migratórios para Goiânia, buscando seus condicionantes, nos diversos momentos históricos. Procura-se inicialmente construir um modelo teórico capaz de explicar a questão dos deslocamentos populacionais em alguns períodos marcantes da história brasileira. Em seguida, estuda-se o processo de ocupação do estado de Goiás, analisando as diversas etapas de expansão das fronteiras em Goiás, que tem em comum o fato de constituírem-se mecanismos de expansão de processos situados primordialmente nos centros dinâmicos do país. Cada um desses processos é analisado particularmente, em suas especificidades e sua adequação ao modelo teórico proposto. Finalmente, é feita uma breve retrospectiva sobre a trajetória histórica de Goiânia, e a chegada dos migrantes, desde a construção de Goiânia até os anos 90 do século XX buscando analisar questões importantes como a origem dos fluxos migratórios para a cidade de Goiânia, e o crescimento desordenado da cidade em decorrência da migração.

## **ABSTRACT**

This dissertation analyses the migrations to Goiânia, Objecting your factors, in several historical moments. Firstly, it is necessary to built a theoretical model that be able to explain the question of people's migration in some important moments of the Brazilian history. Secondly, it is necessary to study the occupation s process of Goiás, analysing the several points of expansion of the frontiers in the state: they have in common the fact of them be expansion's mechanisms of processes situated in dynamic centres of the country. Each on of these processes is particularly analysed, in your specification and adequation to the theoretical model proposed. Finally, is mad a quick retrospective about the historical trajectory of Goiânia, and the immigrants arrival, since the Goiânia s building until the 90 s of the 20<sup>th</sup> century analysing important question like the beginning of the migrations to Goiânia city, and the great growth of the city due to these migrations.

## INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais, tradicionalmente, trabalham com processos de grande magnitude, enfatizando seus desdobramentos estruturais. Esta é a forma pela qual tem sido analisada a migração. Tanto processo como indicador de transformações estruturais. Esta é a abordagem privilegiada neste estudo. Porém, gostaríamos de ressaltar que esta abordagem não deve esconder as profundas implicações para os indivíduos envolvidos. A decisão de migrar nunca é simples, decorre, muitas vezes, de sofridas experiências. Assim, embora as ciências sociais enfatizem ora os fatores de expulsão, ora os de atração, consideramos que a trama de fatores que levam à migração não pode ser esgotada, dada sua complexidade. Procuramos enfatizar os elementos que perfazem o pano de fundo, ressaltando o quadro de referência para entender as ações individuais.

**Procuramos, neste trabalho, analisar as características dos fluxos migratórios para a cidade de Goiânia e as circunstâncias sob as quais ocorre este processo, detectando os condicionantes históricos, políticos e econômico, que influenciam ou até mesmo o determinam.**

Pretendemos analisar a migração como resultado de processos heterogêneos, mas com duas variáveis que se articulam: as mudanças estruturais ocorridas em cada período e a ação dos sujeitos diante dessas mudanças

Embora outros trabalhos enfoquem a ocupação do Estado de Goiás, não há estudos específicos sobre a ocupação de Goiânia e a forma como ocorreu essa ocupação em períodos específicos os quais serão tratados neste trabalho. A escolha da cidade de Goiânia, como *locus* privilegiado de análise da migração, decorre da própria magnitude que assume aí o fenômeno. Desde sua criação a cidade apresentou uma taxa média anual de crescimento de quase 10%, fruto de intenso fluxo migratório. Isso determina que na cidade de Goiânia, a grosso modo, 3 em cada 4 de seus habitantes não é natural do município.

Faremos uma análise dos processos migratórios no Brasil, retomando alguns clássicos que abordam esse assunto. A migração, a urbanização e a modernização, serão abordadas como fenômenos simultâneos ou mesmo complementares, que atuam na dinâmica do crescimento brasileiro. Antes de esgotar o tema a revisão de literatura nos mostra a complexidade do tema, enfocando os diversos fatores que intervêm no processo. Seja enfatizando os fatores que levam à expulsão dos produtores familiares, seja ressaltando os elementos que atraem o migrante à cidade, as ciências sociais mostram como a decisão do indivíduo pela mudança implica em escolhas que situam-se dentro de quadros de referência específicos. São estes quadros que procuramos recuperar no caso específico da migração para Goiânia.

Buscamos analisar de que forma o estado de Goiás está inserido na dinâmica do desenvolvimento nacional. Realizando uma análise minuciosa da migração. Apresentaremos esta análise em cinco momentos distintos: a frente de expansão, período que se caracteriza essencialmente pela atividade mineradora, e constitui esta o foco de atração de novos migrantes; em um segundo momento tomou-se atraente a possibilidade de obter terras facilmente e a baixo custo. Uma outra fase importante da ocupação de Goiás foi

influenciada pela construção da estrada de ferro e a Marcha para o Oeste , ocasião em que ocorre a transferência da capital para Goiânia.

No segundo capítulo realizaremos uma análise dos processos de ocupação e como esses são vistos na historiografia goiana, como também ofereceremos a nossa contribuição, para dar a esses processos um tratamento metodológico, no qual se apresentem fundamentos macro e micro do processo migratório. A migração dos sujeitos é condicionada, com base em duas perspectivas: pela estrutura em transformação e pela ação dos indivíduos, que agem de forma a obter o melhor resultado dada uma certa gama de opções, o que demonstra que a ação de migrar, implica um processo de escolhas racionalmente efetivadas, de acordo com as possibilidades apresentadas ao migrante potencial.

No terceiro capítulo analisaremos o processo migratório em Goiânia identificando o processo histórico de sua construção e o desenvolvimento da capital do estado de Goiás, inserido na dinâmica dos processos políticos e económicos que ocorreram no Brasil e em Goiás os quais influenciaram direta ou indiretamente o processo de ocupação e desenvolvimento da cidade de Goiânia.

O processo histórico de construção da cidade e seu desenvolvimento foi marcado por intenso processo migratório. A análise dos fluxos migratórios será realizada com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Planejamento (IPLAN), Secretaria de Cidadania e Trabalho (Cadastro da Renda Cidadã), cujos dados permitirão a reconstituição do processo migratório para Goiânia e as conseqüências desse para a cidade e para o migrante.

A partir dos anos 80 do século XX a cidade de Goiânia passou a conviver com problemas como o inchaço e a urbanização desordenada, pois recebeu um número maior de migrantes do que teria sido planejada para comportar.

## **CAPÍTULO I**

### **OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL**

Os deslocamentos de população e a migração para as cidades não são fenômenos particulares da época atual, mas o volume e a amplitude dos movimentos migratórios internos no Brasil, durante o século XX, assim como o ritmo acelerado do processo de urbanização, apontam transformações profundas que, como geralmente se reconhece, estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do país. Trata-se, portanto, de um fenômeno que manifesta transformações na própria estrutura da sociedade brasileira e como tal, não pode ser compreendida isoladamente.

Não se pode ignorar o quadro geral dessas transformações, especialmente no que se refere a aspectos demográficos, econômicos e sociais, que dizem respeito à sociedade brasileira de maneira geral e seu modo de integração no mercado mundial, contudo o objetivo deste trabalho é estudar as transformações econômico-sociais percebidas no nível da estrutura nacional. Interessa o fenômeno uma vez que ele se reflete em transformações no nível do comportamento dos sujeitos que vivem o processo

A industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e das estruturas tradicionais de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento.

Em nenhum momento essa transformação se apresenta-se de modo tão dramático ou tão completo como no momento que origina a migração, transferindo indivíduos e grupos das comunidades mais tradicionais e mais pobres para os grandes centros urbanos, como por exemplo a cidade de Goiânia, objeto de nosso estudo, onde se concentram as inovações, a riqueza e os centros de decisão que transformam o país

Em certo sentido, pode-se dizer que o migrante vive e realiza, de modo concentrado, modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem, no nível da ação concreta dos sujeitos, as alterações que ocorrem na ordem estrutural.

**Por isso, independentemente da importância numérica dos contingentes populacionais de origem rural e/ou de pequenas cidades nos centros urbanos, o estudo do processo de integração desses migrantes é extremamente relevante para a análise das transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento.**

**Embora o nosso foco de análise seja os migrantes de baixa renda na cidade de Goiânia, pretendemos realizar, neste capítulo, uma retomada da bibliografia sobre processos migratórios, bem como sobre o processo de constituição da sociedade brasileira, com o intuito de localizar os processos migratórios, no Brasil.**

## **1.1 Economia brasileira e migração**

**Na análise dos processos migratórios, no Brasil, e de forma geral, em Goiás e em Goiânia buscamos entender a migração no processo de construção da cidade de Goiânia Inicialmente, iremos trabalhar com antecedentes históricos que permitirão um aprofundamento de determinadas questões abordadas neste capítulo, como, por exemplo, a**

importância da questão migratória ao longo do processo de constituição da sociedade brasileira, bem como goianiense.

Pode-se afirmar que a questão imigratória no Brasil fez-se presente com a própria chegada dos portugueses nas terras dos índios. Os imigrantes que vieram para o Brasil, objetivavam extrair e levar os recursos naturais, em favor de seu país de origem em detrimento dos interesses das diversas nações indígenas que aqui viviam. Em seguida chegavam grandes levas de imigrantes, alguns motivados, outros obrigados, com a missão colonizadora de atender aos interesses, políticos, econômicos e militares da metrópole.

Submetidos ao que se convencionou chamar de Pacto Colonial, ficaram à mercê da evolução e consolidação do novo modo de produção na Europa, porém, na condição de colônia, até o começo do século XIX. Com a chegada da família real portuguesa, o Brasil saiu da situação de colônia, embora privado dos privilégios condizentes a nova situação, pois que Portugal mantinha o papel de colaborador do sistema capitalista inglês. (Gremaud, 1997).

O sistema escravista que vigorava no Brasil, naquela época, tornou-se um sério entrave à expansão dos mercados consumidores dos produtos ingleses, em razão do que, o escravo jamais poderia ser virtualmente um consumidor. A Inglaterra passou, portanto, a pressionar os portugueses a acabarem com o regime de escravidão, cujo objetivo era liberar um grande contingente de trabalhadores cativos, que estariam, cedo ou tarde, condicionados a consumirem os seus produtos industrializados.

Os fazendeiros, por sua vez, sabiam que, de forma gradual, os escravos senam alforriados, então passaram a se empenhar juntamente com o Estado, para trazer

<sup>1</sup> ROCHA, Maria *Beatriz*. Sociologia das migrações (1995 pag. 31) Imigrante, é um estranho vindo de fora. encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de se inserir, sujeitando-se às leis que a administram. São encarados como aqueles que chegam do exterior e, por parte de quem os sabe chegados, serão considerados como imigrantes.

trabalhadores livres para o Brasil. No que tange à iniciativa privada, falava-se em imigração. No que se refere ao governo, nova forma de colonização para ocupação e povoamento de áreas essencialmente rurais deveria substituir os escravos, considerados mão-de-obra barata e especializada nas lavouras de café das regiões Sul e Sudeste do país. (Gremaud, 1997).

Obviamente, a escravidão, por um bom tempo, inibiu o fluxo imigratório para o Brasil. As alforrias, por decretos-lei, ao longo do século XIX, as promessas e as propagandas de fazendeiros e do próprio Estado aos estrangeiros, para obterem um pedaço de terra brasileira, propiciaram a chegada do europeu em grandes levas. Para a Europa, a imigração constitui - se em uma saída, pois aliviava um pouco as cidades das convulsões sociais, agitadas, sobretudo pelas idéias socialistas e o início do movimento operário. Ao mesmo tempo, tomava este exército de reserva, potencialmente produtivo e capacitado a consumir, mesmo que, em outro país, os seus produtos industrializados. A brecha imigratória que se abriu para o Brasil, naquele período, está relacionada ao problema da escravidão, mas esteve ligada também à questão agrária. Era uma resposta aos anseios dos grandes latifundiários.

Devemos ressaltar que o latifúndio no Brasil, não é nenhuma novidade. Esta articulação de interesses teve uma ajuda da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 o que levou a uma concentração ainda maior das terras nas mãos da aristocracia agrária. Com poder aquisitivo, foi a única classe capaz de dispor de recursos financeiros para pagar topógrafos, cartórios, fazer cercas, enfim, legalizar suas terras e aproveitar para estender seus limites, abarcando as terras devolutas e as posses cujos detentores não tinham moeda corrente para obter os devidos documentos cartoriais. Desta forma, a distribuição e redistribuição de terras realizadas pelo Estado, no sistema de sesmarias, que dava ao

fazendeiro a posse, cessaram com a Lei de Terras. O latifúndio, além de crescer, pôde ganhar o reconhecimento de propriedade privada legalizada, em detrimento dos pequenos posseiros, que ao longo do processo histórico, foram perdendo suas glebas. Com o fim da sesmaria, o meio de se conseguir a terra, fez-se pela posse e ocupação de 1822 até 1850. Com a Lei n.º 601, reforçava-se a barreira que impediria aos trabalhadores livres e imigrantes terem acesso a terra como proprietários. Os fazendeiros garantiriam com os migrantes estrangeiros, a massa trabalhadora para as fazendas. Nessa mesma situação, só restava ao migrante vender sua força de trabalho por empreitada, parceria ou de forma assalariada.

A influência do capitalismo europeu na questão imigratória no Brasil foi fundamental. Com a inserção do trabalhador livre na produção agrícola, cresceu a possibilidade de expansão do mercado interno, tendo em vista a economia cafeeira e o fim da escravidão. Significava o advento do capitalismo no Brasil. Suas características foram se clarificando a partir da segunda década do século XX. O processo interno de deslocamento populacional, por sua vez, cresceu com a liberação e expulsão de ex-escravos do campo, vistos como entraves para o desenvolvimento de técnicas de produção e expansão de mercados. Esta conjuntura mostra uma outra face do capitalismo no Brasil, em que o ex-escravo, pouco aceito no trabalho assalariado, era condicionado a viver na mesma condição anterior ou intensificar o processo migratório.

A imigração interna no Brasil no século XIX não se limitou somente ao êxodo rural de negros marginalizados. Refere-se também a uma população livre, despossuída de terra, que de acordo com as transformações econômicas e técnicas, buscava outras opções de sobrevivência, novas fontes de trabalho. Os motivos específicos desta migração podem variar, mas a tabela 1 demonstra que o processo, em determinadas províncias, em alguns

momentos, era lento, em outros, acelerado. Observa-se, na tabela 1, que os estados cafeicultores da Região Sudeste constituíam o centro de atração migratória nas décadas apresentadas. Por outro lado, a ausência de legislação agrária de 1822 a 1850 incentivou também as mudanças para uma posse pura e simples, facilitando a aquisição de novas propriedades.

TABELA 1. Migração interna líquida de brasileiros natos  
(1872/1920)

Estados	872/1890 (%)	1890/1900(%)	900/1920(%)
Acre			
Amazonas*	65,67	39,99	7,6
Para*	-11,84	1735	21,7
Maranhão*	-10,33	0,83	5,67
Piauí	-11,49	5,93	-0,9
Ceará	-18,87	-8,96	-8,74
R.Grande Norte	-14,07	-8,73	12,68
Paraíba	-11,93	-6,37	9,49
Pernambuco*	-8,98	0,01	6,18
Alagoas	3,35	10,31	-11,52
Sergipe	-0,97	7,52	-15,3
Bahia	-0,53	2,15	-7,56
Minas Gerais	4,81	-2,98	-6,99
Espírito Santo	10,63	2,44	25,63
Rio de Janeiro	-8,93	-11,35	0,4
Guanabara	33,45	22,24	9,81
São Paulo	9,01	5,43	1,13
Paraná	20,24	-7,47	13,43
Santa Catarina	21,63	-12,15	15,06
Rio G .do Sul	24,78	-5,24	7,43
Goiás*	1,04	2,17	10,33
Mato Grosso*	10,06	3,81	15,6
Brasil-média	4,67	2,97	3,79

Fome: GRAHAM, 1994



Na tabela 2, verificamos um vertiginoso crescimento da população residente no Brasil, especialmente na Região Sudeste, coração financeiro do país, onde se concentravam as maiores fazendas de café, o principal produto da época, e conseqüentemente, toda a economia industrial e comercial, que girava em torno da produção agrícola de exportação. Essa região era o local de maior oferta de empregos e outras possibilidades sociais para os

brasileiros. Os imigrantes trazidos para trabalhar na agricultura, pelas relações que estabeleciam com o dono da terra, ficavam praticamente presos. Os grandes fazendeiros utilizavam-se de todos os meios para endividar o imigrante, para que este se tomasse cada vez mais dependente.

Tabela 2. População residente, segundo as grandes regiões (1872-1920)

Regiões	1872	1890	1900	1920
Norte	332.847	476.370	695.112	1439052
Nordeste	4638560	6002047	6749507	1245921
Sudeste	4016922	6104384	7824011	13654934
Sul	721337	1430715	1796495	3537167
Centro-Oeste	220812	320399	373309	758531

Fonte: IBGE. Censo demográfico (1872-1920)

Segundo Martins (1973) a organização dos núcleos coloniais, após a Lei de Terras em 1850, e as diretrizes que nortearam a sua reorganização em 1886-1887, tinham por fundamento a *mercantilização da terra*. E como o capital transforma tudo em mercadoria, “também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. No entanto, o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta" (Martins, 1986, p. 160).

Com a imigração de estrangeiros, sobretudo, de italianos, o êxodo rural de brasileiros pobres e mestiços, que foram impossibilitados até de venderem sua força de trabalho, tomou-se inevitável, e os fazendeiros optavam pelos trabalhadores estrangeiros, vistos por eles como mão-de-obra tecnicamente mais preparada do que dos trabalhadores brasileiros.

A tabela 3 apresenta o crescimento populacional das principais capitais das grandes regiões brasileiras: o Norte representava o surto da borracha; a Região Nordeste a produção de açúcar e cacau, a Região Sudeste o café, já a Região Centro-Oeste não apresentava nenhum produto de relevância econômica, porque a febre do ouro havia

terminado. Assim, podemos perceber nitidamente que mesmo sabendo que o campo era a alma da economia naquele período, as transações comerciais e as articulações capitalistas realizavam-se amplamente nas cidades as quais ao longo dos anos vão se tornando grandes centros urbanos. Por outro lado, estas capitais tornaram-se rapidamente as esperanças daqueles que no campo foram desapropriados dos instrumentos de trabalho e até do saber técnico.

Tabela 3. População residente, segundo os municípios das capitais 1872-1920

Capitais brasileiras	1872	1890	1900	1920
nessas décadas				
Manaus	29334	38720	50300	75704
Rio Branco				19930
Belém	61997	50064	96560	236402
Teresina	21692	31523	45316	57500
Fortaleza	42458	40902	48369	78536
Natal	20392	13725	16056	30696
João Pessoa	24714	18645	28193	52990
Recife	116671	111556	113106	238843
Maceió	27703	31498	36427	74166
Aracaju	9559	16336	21132	37440
Salvador	129109	174412	205813	283422
Belo Horizonte			13472	5563
Vitória	16157	16887	11850	21866
Rio de Janeiro	274972	522651	811443	1.157.873
São Paulo	31385	64934	239820	579033
Curitiba	12651	24553	49755	78986
Florianópolis	25709	30687	32229	41338
Porto Alegre	43998	52421	73647	179263
Cuiabá	35987	17815	34393	33678

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Censo Demográfico (1872-1920)

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o impedimento do trabalhador de ter acesso à propriedade da terra e a rearticulação do capital externo com os interesses da aristocracia agrária reafirmavam a economia brasileira, no final do século XIX, no capitalismo periférico, cuja função principal era a de exportar produtos agrícolas e outras matérias-primas.

O reajustamento do Brasil na divisão internacional do capital gerava a necessidade de uma nova ordem política. A expansão do sistema de transporte e o crescimento urbano, no Sudeste do país, criaram a base para um mercado consumidor.

As idéias de mudança, latente nas elites, foram abraçadas pelos republicanos que aproveitaram para difundir e conseguir o maior número de simpatizantes e partidários, na transformação do Brasil Monárquico para a República Federativa. Mesmo o federalismo, era a idéia que mais agradava aos grandes fazendeiros, sobretudo os cafeicultores do Planalto Paulista, porque davam maior autonomia aos estados (na época, províncias). Os republicanos e os grandes proprietários de terra apoiavam o exército, objetivando o golpe na monarquia de D. Pedro II, visto como um regime obsoleto e um entrave à burguesia do café.

Proclamou-se a República no dia 15 de novembro de 1889. Embora, o protagonista deste episódio tenha sido o exército, as oligarquias cafeeiras, representadas no Congresso, articulavam-se para influenciar diretamente o poder central.

Praticamente, não havia oposição aos interesses do novo grupo de empresários do café do Rio de Janeiro e do Oeste paulista. A aristocracia escravista, que representava a produção açucareira e algodoeira do Brasil, eram setores agrários que estavam superados. O próximo passo seria de afastar os militares do poder.

Nesse contexto o marechal Deodoro da Fonseca, líder do golpe, sob pressão, renunciou no dia 23 de novembro de 1891. O marechal Floriano Peixoto assumiu o cargo, apoiado por boa parte do exército e pelas oligarquias descontentes com o governo de Deodoro. De fato, os fazendeiros do café chegaram ao poder com o fim do quadriênio do *Marechal de Ferro*, Floriano Peixoto. Essas oligarquias ligadas ao Partido Republicano Federal, mais organizadas em meio de um conjunto político heterogêneo, conseguiram a

eleição do candidato Prudente de Moraes. Era a ascensão desses novos grupos oligárquicos, em especial os paulistas, que, em grande ou pequena parte tornaram-se comerciantes, empresários ou geraram capitais que entraram no desdobramento histórico do capitalismo periférico no Brasil.

As fraudes eleitorais, o clientelismo e o mandonismo local garantiam no poder os grandes fazendeiros, chamados de coronéis desde a criação da Guarda Nacional. Também a violência foi o principal instrumento para a manutenção do poder político e econômico. Outras oligarquias locais que ficaram aliadas do poder estatal, constituíam a única dissidência capaz de se opor ao nepotismo dos coronéis. Em nível federal, os estados monopolizadores do principal produto brasileiro no mercado externo, o café, revezavam-se no poder. Tal acordo ficou conhecido na história, como a política do *Café-com-leite*. Vale lembrar que o café, naquele período, não conferia somente poder político e econômico a quem o produzia, mas era sinal de prestígio internacional. Este produto agrícola, desde 1821, crescia paulatinamente em termos de valores e produção, para exportação em grande escala. Ao que tudo indica, a introdução do café no Brasil ocorreu no final do século XVIII, mas nas décadas de 1820 a 1850, a estrutura da lavoura obedecia rigidamente às mesmas características da lavoura colonial: monocultura, escravocata e voltada essencialmente para o mercado externo. A partir da década de 1850 até 1920, tanto o crescimento da produção de café, como os valores de exportação do café não sofreram oscilações. Uma das interpretações a respeito desse processo é que com a intensificação do processo imigratório para as fazendas de café, o imigrante, além de sua mão-de-obra técnica e familiar, trouxe um incremento no mercado consumidor, e muitos, quando retomavam à Europa, se tornavam divulgadores do hábito de consumir café.

A partir de 1930, o café começou a sofrer oscilações, com tendência à baixa, para que se podem atribuir dois fatores distintos: o primeiro, decorrente da crise mundial, representada pela quebra da Bolsa de New York; o segundo, referente à própria política empreendida por Getúlio e seus sucessores, ou seja, o Estado tomou-se, desde a Revolução de 1930, o financiador da industrialização capitalista no Brasil. Dessa forma, a economia cafeeira passou de primeiro para segundo plano, o que evidentemente, causou uma queda na produção do café e nas exportações.

Em virtude da crise do café, atendendo aos interesses do capital externo e dos cafeicultores, na esfera federal, tomou empréstimos e mais empréstimos, objetivando a manutenção do café nos maiores patamares de lucros. Os capitais estrangeiros eram aplicados em obras que facilitariam a exportação de produtos agrícolas e recursos naturais. Foram construídas pontes, estradas de ferro, portos, etc. O sistema de transporte ferroviário permitiu a expansão das lavouras em várias direções. As ferrovias ainda estimulavam o escoamento da produção cafeeira nos grandes portos do Rio de Janeiro e Santos (SP).

Sem a intenção de aprofundar a questão, vale ressaltar que as ferrovias, em muitas regiões, beneficiavam a especulação imobiliária, pois encurtavam distâncias e valorizavam as terras, além de facilitarem a concentração de imigrantes nas regiões Sudeste e Sul.

A expansão do capitalismo no Brasil decorreu da introdução das relações assalariadas. E a função do salário é a de recriar o trabalhador. Assim, ele recria, ao mesmo tempo a liberdade do trabalhador e a sua sujeição ao capital. Embora o próprio capitalista esteja a serviço do capital, mas o trabalhador fica sempre na dependência constituindo, com o proprietário, um corpo econômico heterogêneo. Desse modo a riqueza gerada pela economia cafeeira tinha um destino certo. Os representantes estrangeiros, os grandes

fazendeiros, os empresários e banqueiros ligados direta ou indiretamente ao café distribuíam entre si os lucros do produto. Para o trabalhador, as relações com eles estabelecidas não eram igualmente justas. Os patrões, entretanto, alegavam que as relações de eram mais do que justas, haviam sido previamente combinadas as formas de trabalho e pagamento

O desenvolvimento da produção e o crescimento populacional contínuo das cidades, o êxodo rural, a proletarização do camponês e o fenômeno migratório, nas décadas de 1920 e 1930, levaram a uma maior organização do trabalhador, que simpatizava com as idéias anarquistas trazidas pelos trabalhadores europeus. Na realidade, esse panorama negativo, foi excelente para a atuação dos anarco-sindicalistas e a expansão das idéias socialistas russa entre os operários no Brasil. O proletariado urbano, especialmente a partir de 1917, intensificou as greves. Desde 1903, no Rio de Janeiro, com notícias das primeiras greves gerais. Eram manifestações que desencadeadas, pelos trabalhadores com o objetivo de conseguir aumentos salariais, pois às vezes passavam mais de dez anos sem reajustes e melhores condições de trabalho. Conforme Ianni (1975, p. 62) “a partir da segunda década do século XX, as condições de vida dos assalariados de uma forma geral pioraram muito. E apesar da expansão industrial, o custo de vida, entre 1914 e 1916, elevou-se em 16%, enquanto os salários subiram só 1%.”.

No campo, utilizava-se o trabalho de colonos, assalariados, meeiros, arrendatários e agregados. Os colonos trabalhavam sob contrato, com parte da remuneração em dinheiro e outros benefícios; os meeiros empregavam-se em troca da metade da produção; os arrendatários assumiam uma parcela de terra, pagando ao proprietário, uma parcela da produção obtida. Nas fazendas dos coronéis, no século XX, via-se muito a figura do agregado. Ligavam-se aos patrões, eram compadres e possuíam variados vínculos de trabalho. As mulheres eram usadas nos trabalhos domésticos, de hortaliças e na fabricação

de sabão, queijos, doces, etc. As crianças ajudavam os pais, no cuidado com as criações, na roça e os homens, além das atividades normais de fazenda, serviam ao compadre fazendeiro como capatazes, enfim, toda a família trabalhava.

Historicamente pode-se perceber que, já no período colonial, havia-se constituído no Brasil essa dualidade fundamental: de um lado, o latifúndio voltado para a exportação, fundado no trabalho escravo; de outro, uma população pouco densa, em grande parte livre, voltada para uma economia de subsistência que se estabelecia à margem da grande lavoura, ou como conseqüência de sua decadência.

A economia de subsistência deu margem à cultura rústica ou cabocla como uma forma de trabalho livre, em uma sociedade rural voltada para a produção de artigos de exportação. A incompatibilidade do latifúndio com o trabalho assalariado apresentava-se sob duplo aspecto. Em primeiro lugar, porque, com uma população tão rara e tanta terra disponível era praticamente impossível obrigar o homem livre a um trabalho pesado e mal remunerado. E, em segundo lugar, com a institucionalização do trabalho servil, que era necessário até pela possibilidade de reintroduzir paralelamente a mão-de-obra livre. É suficiente considerar que, no sistema econômico da colônia, fundamentado no latifúndio e no trabalho escravo, a grande lavoura podia estabelecer-se com capitais relativamente abundantes, que não estavam ao alcance de todos e apenas em regiões com características geográficas particulares. Eram pouquíssimos os centros urbanos capazes absorver a população livre ou criar um mercado para os pequenos produtores (o que se deve em parte ao caráter auto-suficiente da grande lavoura) por isso, aos homens livres, sem recursos, emigrados, mestiços ou libertos, só era possível uma existência à margem do sistema econômico colonial, quer como agregados, quer como produtores independentes, mas isolados e auto-suficientes.

Em condições de grande isolamento e rarefação da população, o caboclo era um ocupante que um proprietário, pois o acesso à terra, que era abundante e não tinha valor econômico, não se colocava em termos legais. Nesses casos, o caboclo era mais livre, pois sua dependência manifestava-se apenas na manutenção de uma relação mínima e marginal com o mercado por meio de um sistema precário de trocas. A criação dos latifúndios fundamentava os padrões de propriedade e dominação, integrando-os necessariamente no sistema político nacional.

Esse sistema favorecia, portanto, a constituição e perpetuação de um número relativamente pequeno de famílias poderosas, que detinham o poder e possuíam as terras. Para os agregados e caboclos, tudo dependia de suas boas relações com o chefe político local.

A abolição provocou uma transformação na natureza dessas relações, pois o homem livre passou a ser a única fonte disponível de mão-de-obra. Então as relações de dominação que se definiam em uma ordem moral e se processavam no plano social e político passaram a ter significado econômico cada vez mais importante. A dominação pessoal tendeu a transformar-se em espoliação econômica.

A transformação do camponês em mão-de-obra só se deu à medida que foi sendo destruída a viabilidade do sistema tradicional de adaptação ecológica e equilíbrio econômico. Esses padrões culturais provocaram um ajustamento pouco satisfatório da população cabocla à grande lavoura.

As dificuldades de integrar economicamente uma população de produtividade tao restrita, com características culturais próprias (no que se refere à organização social, técnica produtiva e organização do trabalho) levaram à formulação de relações de produção que tendiam a conservar a técnica e organização do trabalho vigente e incorporar os tipos

de dominação tradicionais. Desenvolveram-se assim, a parceria, a meação e o contrato esporádico de diaristas, relações de trabalho nas quais se combinavam, de modo diverso, pagamento em dinheiro, em espécies, e sob forma de acesso à terra.

Desse modo, a substituição do escravo pelo trabalhador livre não se deu pela transformação do caboclo em assalariado. Se, nas áreas mais prósperas, essa substituição implicou a criação de um novo tipo de trabalhador, o colono da fazenda de café, este se constituiu não pela transformação do caboclo, mas pela importação de mão-de-obra estrangeira, de origem européia. O colonato apresentou-se como uma nova relação de trabalho que envolvia pagamento em salário e acesso à terra, o que permitia a produção de um excedente, tornando possível a integração do colono em um sistema de compra e venda, propiciando a passagem do trabalhador a sitiante.

Neste contexto, a terra valorizou-se e o lavrador sem posses não podia mais morar de favor e viu-se obrigado a pagar aluguel pela terra. Desse modo, o agregado transformou-se em parceiro. O próprio crescimento da população contribuiu para a formação de uma classe de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente. A divisão dos sítios, com a formação dos minifúndios e o cansaço progressivo da terra, forçou o sitiante a arrendar terras além das suas, incorporando-o à categoria de parceiro.

Esse modo de integração da população na agricultura de mercado levou necessariamente à crise dos meios, de subsistência, negando-lhe um elemento essencial do seu ajustamento ecológico, a abundância de terras, sem compensá-lo pela introdução de técnicas mais produtivas.

Antônio Cândido, em “Os parceiros do Rio Bonito”, apresenta uma estreita relação entre o desajuste da sociabilidade do caipira e o desenvolvimento das cidades:

Ora, o caipira não vive mais como antes em equilíbrio precário, segundo os recursos do meio imediato e de uma sociabilidade de grupos segregados; vive em franco desequilíbrio econômico, em face dos recursos que a técnica moderna possibilita. Antes, o atraso técnico e a economia de subsistência condicionavam, em São Paulo, uma sociedade global muito mais homogênea, não havendo discrepâncias essenciais de cultura entre o campo e a cidade. O desenvolvimento da economia baseada na exportação dos gêneros tropicais acentuou a diferenciação dos níveis econômicos, que foram aos poucos gerando fortes distinções de classe e de cultura. Quando esse processo avultou, o caipira ficou humanamente separado do homem da cidade, vivendo cada um seu tipo de vida (Cândido. 1982, p. 223)

Neste contexto, a produção obtida pelo parceiro, sitiante ou mesmo assalariado revela-se cada vez mais insuficiente para prover as necessidades do caipira. A necessidade de dinheiro forçava o pequeno produtor a procurar emprego como assalariado, porém a adaptação do trabalhador rural às novas condições só se fez pelo abandono gradual das estruturas tradicionais e a incorporação dos indivíduos em sistemas mais complexos de produção e vida social, abandonando a posição de parceiro ou agregado e tomando-se assalariado rural ou urbano.

Nota-se que a migração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, aparece como reposta a condições normais de existência: “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que não pode melhorar de vida, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. Porém as calamidades naturais podem precipitar a emigração” (DURHAM, 1985, p. 113).

A percepção da necessidade de melhorar de vida decorreu de uma quebra de isolamento relativo e inclusão em uma economia competitiva. A criação de novas necessidades rompeu o equilíbrio econômico, e, possivelmente, levou o indivíduo a buscar novas alternativas que pudessem garantir sua subsistência, como também promover uma ascensão de seus padrões de vida

Segundo Garcia (1989), quando a acumulação se vê ameaçada, a saída é a migração. Uma vez que representa a possibilidade de reequilibrar o orçamento ou a constituição de uma nova unidade doméstica, ou mesmo a possibilidade de compra de terra viabilizada pelo acúmulo possível no Sul. O deslocamento para o Sul proporciona melhores condições de vida e trabalho, oposta ao Norte. Nesta perspectiva, a migração é vista como forma de reajustamento do trabalhador rural ao sistema produtivo em desenvolvimento. E se pretende continuar na atividade rural, precisa incorporar mais terras e mais insumos à sua propriedade, para realizar a compra de terras, o indivíduo migra para o Sul, onde acumula recursos, volta para o Norte e compra mais terras e insumos para melhorar a produtividade de sua propriedade, ajustando-se assim ao novo sistema produtivo.

Já na perspectiva de Durham (1985), o trabalhador rural não vislumbra nenhuma possibilidade de permanecer na terra, pois o sistema produtivo rural se apresenta ao migrante com algo inviável, pois este não tem a terra para trabalhar e nem a possibilidade de compra. Diante da inviabilidade do sistema, o indivíduo acredita que a única solução possível é a migração para a cidade onde ele pode encontrar trabalho e condições de vida melhor, vistas por este como, moradia, escola para os filhos, e fim todas as condições que ele acredita não ter acesso no campo.

Durham (1985), argumenta que com as transformações que afetam profundamente toda a sua existência, os trabalhadores rurais vêm destruídas a viabilidade do sistema tradicional de adaptação, sem poderem aproveitar as novas oportunidades porque estão presos a um equipamento cultural precário. Solicitados de um lado por novas necessidades e limitado de outro por uma tecnologia pobre, o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores, ante as quais a emigração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis.

Segundo Jannuzzi (2000), o significado analítico da migração para os indivíduos e grupos sociais não poderia ser indubitavelmente apreendido, já que para certos tipos de migrantes a mobilidade espacial teria proporcionado uma melhor inserção socioocupacional na sociedade e para outros, a migração seria uma das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica e para garantir sua posição na estrutura social.

Do ponto de vista do prestígio ocupacional, existe um consenso em termos de visualizar a mudança para o emprego urbano como uma promoção para o indivíduo ou grupo. A proeminência dos valores urbanos na civilização moderna, difundida pelos meios de comunicação de massa, reforça essa perspectiva, mas não é improvável que esta percepção constitua uma racionalização de uma situação de fato, que independe da vontade do indivíduo. Impotente para progredir no setor agrícola, alcançando a propriedade da terra, ou mesmo não tendo recursos para tomá-la produtiva, encontrando empregos bem remunerados ou tendo um acréscimo de renda significativo, o indivíduo passa a valorizar o trabalho urbano como uma alternativa viável de sobrevivência e como uma esperança, ainda que remota, de ascensão social.

Na perspectiva de Durham, Garcia e Jannuzzi, autores citados, pode-se perceber pelo menos uma semelhança, qual seja, o trabalhador percebe a migração como possibilidade de melhorar de vida, tomar-se independente, e melhorar de vida para ele significa comprar mais terras, mudar para a cidade e ter acesso aos bens disponíveis nesta, ou conseguir ascensão social. Os autores salientam que, o indivíduo é quem faz escolhas diante das alternativas boas ou ruins que o sistema lhe oferece. Interessa neste trabalho perceber que a migração não é apenas um fenômeno macro, pois só se realiza na perspectiva micro, ou seja, nas ações de indivíduos, que efetuam escolhas racionais, escolhem a melhor alternativa em uma gama de possibilidades, dadas pelo sistema.

## 1.2 Urbanização e migração

A expansão do capitalismo industrial tem sido marcada, em todas as partes, por um movimento de urbanização, que tende a concentrar uma proporção crescente da população em grandes metrópoles industriais. A correlação entre os dois fenômenos é tão estreita que os índices de urbanização são freqüentemente utilizados como indicadores do estágio relativo do desenvolvimento econômico de diferentes países. De modo análogo, a rapidez do processo de urbanização é considerada indicadora da celeridade do processo de desenvolvimento.

No Brasil, o desenvolvimento econômico resultante da industrialização está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes: o incremento das desigualdades regionais e a constituição de grandes metrópoles.

A população urbana brasileira em 1920 não representava mais do 10% da população total atinge, vinte anos depois, quase treze milhões de pessoas, isto é, 31% dos habitantes do país. Na década seguinte, prosseguiu intenso o processo de urbanização e, em 1950, 36% dos brasileiros (quase dez milhões de pessoas) viviam em cidades. O mesmo ocorreu no período entre 1950 e 1960, e o censo desta última data acusava uma população urbana de 32 milhões de pessoas ou 45% da população. Em 1970, pela primeira vez, a população urbanizada excedeu a rural dos 93 milhões de brasileiros recenseados em 1970, 52 milhões, isto é, 56%, residiam nos aglomerados urbanos .

Tabela 4. População rural e urbana do Brasil nos recenseamentos de 1940, 1950, 1960 e 1970

	1940		1950		1960		1970	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Urbano	12.880.182	31,24	18.782.891	45,08	31.990.938	45,08	52.098.495	56
Rural	28.354.133	68,76	33.161.506	63,84	38.976.247	54,92	41.105.884	44
Brasil	41.236.315	100	51.944.397	100	70.937.185	100	93.204.379	100

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Censo Demográfico 1970.

Aceita-se geralmente, que o crescimento vegetativo das cidades é inferior ao da zona rural, pois o enorme crescimento das cidades envolve, necessariamente, intensa migração rural-urbana.

Apesar de válidas em termos gerais, as conclusões que se podem extrair dos dados globais encobrem particularidades importantes que só uma análise mais detalhada pode revelar.

Deve-se reconhecer, inicialmente, que o incremento da população urbana é acompanhado por transformações da própria estrutura da rede urbana do país. De um lado, verifica-se uma grande variação no tipo de cidades, e assumem uma importância muito grande as metrópoles industriais. De outro, observa-se a variação regional do índice de urbanização, que reflete um desenvolvimento econômico diferencial e associa o crescimento das cidades às migrações internas inter-estaduais.

A população urbana, de modo geral, e as grandes metrópoles, em particular, concentram-se em certas áreas do país, por isso a urbanização apresenta uma dimensão geográfica que se relaciona ao desenvolvimento econômico das diversas regiões do Brasil e a migração para as grandes cidades prende-se ao deslocamento interestadual da população nacional, como evidenciam os dados que seguem:

O volume da migração interestadual aumentou consideravelmente entre 1940 e 1950, em 1940, o número total de brasileiros vivendo em estado diferente do de origem era de 3.4 milhões, isto é, 8,5% da população total. Em 1950, somavam 5,2 milhões, ou seja, 10,3% da população total do

país. Este movimento migratório afeta todas as áreas e unidades da Federação. Em 1950 os estados que haviam recebido os maiores contingentes de migrantes eram, respectivamente, São Paulo (com mais de um milhão), distrito Federal (500.000), Paraná (650.000) e Rio de Janeiro (400.000). Seguiam-se Goiás, Minas Gerais e Pernambuco, com contingentes bem menores. (Conjuntura Econômica, dez. 1955, p. 59)

Segundo Duhan, (1985), São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, de acordo com o censo de 1970, apresentam como uma área de contínua atração de população. Como se trata dos estados mais urbanizados, mais industrializados e, inclusive de agricultura mais desenvolvida, não resta dúvida que a migração interna se apresenta como um capítulo do desenvolvimento do capitalismo industrial e agrícola no Brasil.

De acordo como números gerais, relativos aos fenômenos migratórios no Brasil, pode-se perceber a migração como um aspecto das transformações econômicas que constituem o elemento que orienta os movimentos migratórios. A redistribuição de população causada por esse movimento prende-se ao desenvolvimento diferencial das diversas regiões do país e se manifesta-se em uma complexa série de movimentos menores, cuja natureza nem sempre é possível precisar. Parte dessa migração dirige-se de uma área rural para outra e se relaciona com o desenvolvimento capitalista do cultivo de produtos de exportação ou de matérias-primas para a indústria nacional. Outra parte das correntes migratórias dirige-se para as cidades, onde procura beneficiar-se das oportunidades de trabalho criadas direta ou indiretamente pela expansão industrial. Na verdade, todos esses movimentos estão de tal modo inter-relacionados que nem sempre é possível distinguir uma ou outra orientação, tanto mais que a movimentação inclui também a emigração de Pequenas para grandes cidades. Por outro lado, muitos realizam a passagem direta de trabalhador rural de zona tradicional para trabalhador industrial em uma grande metrópole.

Apesar das variações e particularidades do processo, não resta dúvida de que a integração da população em sistemas mais produtivos, tanto urbanos como rurais, comanda a orientação e provavelmente o volume de deslocamentos. Nesse sentido, as migrações inter-regionais assumem especial relevância, embora, no conjunto, os movimentos de população dentro de um mesmo estado sejam numericamente muito mais importantes. As migrações inter-regionais representam o pólo extremo de um processo por meio do qual a população das áreas menos favorecidas do país busca beneficiar-se do desenvolvimento econômico, transferindo-se para as regiões mais ricas, onde se concentram as oportunidades de melhoria, segundo a perspectiva dos migrantes.

O significado da migração deve ser observado no contexto das anotações feitas anteriormente, de um lado, sobre a relação entre o deslocamento de população e o desenvolvimento econômico do país e de outro, sobre a existência de diferentes tipos de cidades, assim como de processos diversos de urbanização.

Parece claro que o processo de deslocamento interno da população se orienta para as regiões mais profundamente atingidas pela introdução e expansão do capitalismo industrial. É também evidente que esse deslocamento, do qual a emigração rural urbana é um aspecto, é consequência desse desenvolvimento. Esta relação se manifesta também cronologicamente, pois as transformações internas de população são posteriores ao início do desenvolvimento da industrialização.

Desta forma, a integração de contingentes crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é um aspecto de uma transformação do sistema sócio-econômico que afeta tanto a cidade quanto o campo.

Essa questão é fundamental, porque é necessário compreender que não se trata simplesmente de um fenômeno de atração das grandes cidades. A industrialização brasileira,

em grande parte provoca uma crise profunda da sociedade rural. Conforme o modo de vida rural se organiza em termos de relações de trabalho tradicionais e se configura como um sistema pré-industrial, a industrialização do país opera com o objetivo de desagregar a estrutura da sociedade rural, provocando uma crise nos meios de subsistência que efetivamente expulsa o trabalhador do campo para a cidade

É necessário, portanto, analisar, em primeiro lugar, esse mecanismo de expulsão, o que significa estudar a crise do sistema rural tradicional

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que o fenômeno da migração rural-urbana não pode ser explicado simplesmente como aquisição de modos urbanos de vida. Os UFGi modos urbanos de vida não correspondem a uma realidade que se manifesta de modo semelhante em qualquer situação. Ao mesmo tempo que se abstraem apenas os elementos gerais de qualquer situação urbana, perde-se a possibilidade de explicar as particularidades da situação que estamos estudando. Duhram (1985) esclarece a respeito.

j fci !

Como as transformações não são súbitas e, por outro lado tendem a se difundir a partir de diferentes centros, a realidade não se divide em uma oposição simples de sistema tradicional e sistema industrial mas se apresenta como um conjunto de situações dúbias , nas quais predominam ora umas. ora outras formas de trabalho e vida social (...)Essas diferenças correspondem, certamente, a graus variáveis de participação no processo de expansão do capitalismo industrial e, inversamente, a participação diferencial em sistemas tradicionais de dominação e em sistemas econômicos voltados para a subsistência Essa diversidade que corresponde, de certa forma, a fases diferentes do processo de proletarianização do trabalhador rural, é importante também na medida em que o trabalhador que emigra se apresenta como portador de qualificação diferente, que afeta suas possibilidades de integração no sistema econômico-social da grande cidade (DUHRAN. 1985, p. 41)

## CAPÍTULO II

### OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS FRONTEIRAS DE GOIÁS

#### 1.1 Os movimentos migratórios em Goiás

Os estudos sobre migração e fronteira no Brasil têm sido realizados, por meio de uma abordagem estrutural, ou seja, considerando as questões migratórias apenas como processo macro, negligenciando, até certo ponto, a perspectiva do indivíduo, como ser que age de maneira racional, portanto, realiza escolhas, considerando as alternativas disponíveis. Tendo em vista os níveis de análise (micro e macro), como fundamentais para a investigação do objeto desta pesquisa, tentaremos inicialmente compreender a ocupação de Goiás, analisando as várias etapas de expansão de fronteiras, por meio de um modelo que busque apreender a perspectiva estrutural (macro) e a perspectiva individual (micro).

Para melhor compreensão da questão da ocupação da fronteira em Goiás, utilizaremos um modelo clássico, no qual o fenômeno da ocupação da fronteira é dividido em dois momentos distintos. O primeiro caracteriza-se como aquele em que ocorre a ocupação do território. Normalmente os autores ressaltam a especificidade das relações constituídas por estes pioneiros, colocando-os à margem da lógica capitalista. Esse primeiro momento é chamado por José de Souza Martins (1975) de *Frente de Expansão*, cuja

principal característica é a economia do excedente. Há dois aspectos fundamentais para a caracterização da *Frente de Expansão*, o vazio demográfico e a especificidade da organização social.

O segundo momento é aquele em que as relações capitalistas de produção estendem seus domínios às áreas anteriormente dominadas por relações não-capitalistas. Ocorre o que Martins (op. Cit.) chama de *Frente Pioneira*. A bibliografia sobre este fenômeno é bastante farta. No fundo, trata-se de perceber como ocorre a penetração do capitalismo na agricultura. Na formulação de Martins (1975)

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. (Martins. 1975, p. 45)

Os autores que estudam o caso o tema utilizam, primordialmente, duas variáveis **para compreender o fenômeno em questão: no primeiro caso, a análise ocupa-se com as mudanças demográficas percebidas em regiões específicas. No segundo, estudam-se basicamente as relações sociais, que podem aparecer como a oposição entre tradicional e moderno ou a relação capitalismo e não-capitalismo. As análises efetuadas com a orientação dessa variável são as mais diversas possíveis, sendo, muitas vezes, opostas. Entretanto, têm em comum o fato de estudarem a relação entre modos de organização social diversos**



Estas variáveis costumam ser abordadas em conjunto pelos diversos autores. Como diz Velho (1972, p. 12): “O incremento demográfico não explica a ocorrência de uma frente de expansão, mas denuncia sua existência

## 1.2 A fronteira e a questão da migração em Goiás

A necessidade que percebemos em discutir a questão da fronteira neste trabalho decorre da compreensão de que o processo migratório é algo contínuo, e inserido neste processo está a questão da fronteira. De acordo com Graziano Silva (1982, p. 115) É necessário que entendamos “fronteira não como uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é a fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção”

Segundo Graziano Silva (1982) pode-se entender a fronteira sob os pontos de vista: social, econômico e político:

a) No plano social, a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. Os camponeses expulsos das regiões de agricultura mais desenvolvida, a fronteira é o destino dos pequenos produtores rurais expropriados e dos excedentes populacionais.

b) No plano econômico a fronteira constitui uma espécie de *armazém regulador* dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana, especialmente a de mais baixa renda, tais como arroz, o feijão, as farinhas. Dessa maneira, quando a produção capitalista de algum destes produtos recua, os excedentes da Produção camponesa, sobretudo os provenientes das regiões de fronteira suprem o mercado funcionando como estabilizador de preços.

c) **No plano político, a fronteira funciona como controladora das tensões sociais**

**no campo. Exemplo desta pratica são os projetos de colonização no Brasil, que sempre foram formulados politicamente, como alternativas para uma alteração da estrutura da propriedade da terra O autor complementa:**

Este último parece ser sem dúvida o papel fundamental desempenhado pela fronteira no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, especialmente em épocas mais recentes, quando se acentua a modernização no Centro-Sul do país, somos tentados até a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse da terra nas regiões mais novas. Quando a fronteira se “fecha” acaba se tomando ela mesma uma região de conflitos pela posse da terra, como aqueles que vimos assistindo em nossos dias (Graziano Silva, 1982, p. 119)

Outra distinção importante neste trabalho é a diferenciação entre frente de expansão e frente pioneira Entendemos como frente de expansão os deslocamentos da população *civilizada* e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado e frente pioneira como situação espacial e social que convida ou induz à modernização e à formulação de novas concepções de vida à mudança social. A frente pioneira constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de populações rotineiras, tradicionalistas e mortas

As frentes pioneiras não constituem prioridade neste trabalho, pois normalmente essas ocorreram em um período anterior ao da frente de expansão. A tendência observada no período que nos propusemos a analisar é da ocorrência da frente de expansão, ou mesmo de seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas.

A fronteira caracteriza-se também por ser um local de conflitos entre camponeses e grandes proprietários rurais. Quando não são integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para *fora* da fronteira econômica ou para *dentro*, como assalariados sazonais. Se os trabalhadores encontram terras livres mais adiante; continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes.

É notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante. A teia de relações de parentesco e de compadrio encarrega-se de difundir a localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas, o que é facilitado pelo lento deslocar de fragmentos de grupos familiares desses camponeses. Embora preferencialmente migrem em família e até em grupo, há uma rede familiar mais extensa e viva que constitui a referência nesse movimento. A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é a local e visível, ela se espalha por um extenso território, em um raio de centenas de quilômetros, é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária.

Quando não há perspectiva de encontrar novas terras nem disposição de entrar na economia da miséria no interior da fronteira econômica, geralmente começa a luta pela terra, o enfrentamento com a grande proprietário e seus jagunços. É possível observar, em algumas regiões, a passagem das migrações espontâneas, decorrentes da saturação da terra, para as migrações pelas expulsões violentas da terra.

Nota-se que a migração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou de miséria, desencadeada por calamidades naturais, ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. A emigração aparece como

solução para a questão da falta de condições satisfatórias de sobrevivência e a fronteira ocorrem sempre como uma alternativa de *melhorar de vida*, pois a modernização no campo causa ao trabalhador rural um sentimento de impotência diante da modernidade, e a alternativa que lhe parece mais conveniente é buscar ampliar o volume de suas terras, já que este normalmente não consegue adquirir os equipamentos necessários, para que possa aumentar a produção de sua pequena propriedade.

Quando nos referimos ao pequeno produtor, falamos em proprietário de terra, porém este vai sendo aos poucos engolido pelo grande proprietário rural, tornando-se, na maior parte das vezes, meeiro, parceiro, bóia-fria, desenvolvendo, desse modo, relações de trabalho nas quais se combinam, de modo diverso, pagamento em dinheiro, em espécies e sob forma de acesso à terra

Em Goiás, o fenômeno da ocupação da fronteira pode ser analisado, em momentos com características peculiares, que se distinguem uns dos outros, os quais podem ser percebidos em estudos realizados Aguiar (1998). Duarte (1999), Gomide (1990). Estes trabalhos estudam determinados períodos e espaços da historiografia goiana, sintetizados no que diz respeito à ocupação de Goiás no trabalho *Fronteiras de Goiás* (2001), no qual o professor Fausto Miziara busca construir um modelo interpretativo, capaz fazer a articulação entre os fatores macro e micro de análise. A articulação que propomos neste trabalho visa compreender esses momentos específicos da ocupação de Goiás, com base na perspectiva macro e apontar, ainda que de maneira superficial, o indivíduo migrante como ser que realiza escolhas, condicionadas pelas estruturas, porém, realizadas em última instância pelo indivíduo, que entre uma gama de opções realiza escolhas

Segundo Miziara (2001), é possível percebermos cinco momentos distintos de expansão de fronteiras em Goiás

a) - Frente de Expansão

Período que se caracteriza essencialmente pela atividade mineradora, sendo esta o foco de atração de novos ocupantes. A atividade mineradora estava localizada, sobretudo no Centro-Sul do atual estado de Goiás, a atividade a qual criava uma expectativa sobre a região citada, expectativa de riqueza e prosperidade, induzindo um certo nível de ocupação da região

Em um segundo momento, a ocupação ocorreu de forma mais extensiva, pois o atrativo neste momento era a grande quantidade de terra disponível, e de fácil apropriação, pois o principal mecanismo era a posse, facilitando assim a apropriação tanto de grandes quanto de pequenos proprietários

Privilegiando a Região Sul do estado esta fronteira foi formada por migrantes de Minas Gerais e São Paulo, atraídos pela enorme quantidade de terras desocupadas. Segundo levantamento de Mana Amélia Garcia de Alencar Aguiar, (1998) para o período **de 1850-1910 em três dos municípios que tiveram maiores taxas de crescimento populacional, foram registradas 650 transações em cartório durante sessenta (média de 10,8 transações por ano) Até mesmo por conta da abundância de terras, sua baixa monetarização se faz presente**

A especulação também pode ser posta em questão como fonte de enriquecimento, pois os preços da terra eram muito baixas. Em 1898, 60 hectares de terras devolutas vendidas pelo estado, em Palma, custaram 405000 enquanto existe documentação oficial da compra da lata vazia **que continha óleo de linhaça (Agu.ar. 1998. p. 189).**

**A principal atividade econômica era a criação de gado, por requerer baixo nível de inversão de capital e apresentar nítida vantagem de comercialização, já que o gado se auto-transponava e resolvú, em pane. o problema da dtstância em relação ao mercado**

consumidor. Apesar de constituir-se em uma economia com baixo nível de capitalização e comercialização já se esboçavam, nesse momento, as bases para a futura expansão do capitalismo.

#### b) Frente Pioneira

A construção da Estrada de Ferro em Goiás é percebida, como um terceiro momento da ocupação do estado de Goiás:

A construção da Estrada de Ferro em Goiás - as obras começaram em Araguari em fins de 1909 e em 1912 atravessou o rio Paranaíba - propiciou uma maior integração da região à economia nacional. Com isso abre-se a possibilidade de um maior desenvolvimento das relações capitalistas de produção. (Miziara, 2001, p. 15)

Conforme pode-se constatar na obra de Barsanulfo Gomide (1990), após o início das obras da estrada de ferro em Goiás, ocorreu um processo no qual se estabeleceram novas relações, preservando relações antigas, de forma contraditória:

As relações de produção no campo não se modernizaram no mesmo ritmo da evolução da produção agrícola. Essas relações porém atingiram progressos significativos (...) Aproximadamente de 60 a 70% da força de trabalho no campo, na região, era composta de peões que trabalhavam por temporada no período de maior demanda da mão-de-obra (...) No entanto ao lado do trabalhador temporário continuou a existir a figura tradicional do "agregado" ou do "camarada", o qual estava ligado ou preso por dívida, à propriedade do coronel. (Gomide. 1990 p. 93-94)

Ao lado da pecuária, a agricultura passou a organizar-se em bases capitalistas

visando o mercado consumidor do Centro-Sul Entre 1915 e 1916, o arroz tomou-se o principal produto agrícola exportado, ficando Goiás, em 1920, em quarto lugar no *ranking*

^os Produtores desta cultura

Não por acaso esse momento privilegiava as regiões que sofreram o impacto do momento anterior. Apesar de concentrar-se a estrada de ferro na Região Sudeste, tanto o Sul quanto o Sudoeste foram inseridos neste processo, por meio de estradas de rodagem e a importação dos primeiros veículos automotores.

A quarta etapa relaciona-se à *Marcha [xira o Oeste*, momento marcado pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres e pela transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia. A conjugação dos dois processos dinamizaram a Região do Mato Grosso Goiano, que passou a se inserir crescentemente na economia de mercado.

Cabe ressaltar que, nesse processo, assumiu destaque os elementos políticos. No caso da transferência da capital houve um enfraquecimento das oligarquias tradicionais do estado. Com a criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Ceres), houve a tentativa de implementar o discurso de *Integração Nacional*, apresentado por Getúlio Vargas na *Marcha para o Oeste*. O grande objetivo desse programa era a *integração* de regiões supostamente isoladas. Ilustrativo é o seguinte pronunciamento de Getúlio Vargas, citado por Lyz Elizabeth Duarte:

Continuam entretanto, os vastos espaços despovoados, que atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas **elementares ( ) Desse modo. o programa de "Rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas. com integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos a fim de suprimos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas.** (Duarte. 1999, p. 194)

#### c) - Fronteira Agrícola

A expansão da fronteira agrícola para Goiás a partir dos anos 70, se deveu-se

^bretudo a ação estatal, com a criação de mecanismos como o Polocentro, que se constituiu na

transformação da base técnica da agropecuária. Baseando-se em especial na pecuária extensiva e na agricultura rudimentar, o setor passou a incorporar, crescentemente, a moderna tecnologia da *Revolução Verde*. A ocupação, por conseguinte, foi estimulada pelo Estado que «arantiu crédito facilitado e estimulou a utilização de uma base tecnológica eficiente, em razão do que a difusão deste tipo de possibilidade ocorreu rapidamente, atraindo populações de outras regiões do país para a Região Centro-Oeste.

O início do processo ocorreu, principalmente, com a vinda de agricultores de outras regiões do país, onde já haviam obtido experiência como o novo padrão tecnológico. Esses agricultores trabalhavam principalmente com o diferencial de preços das terras na região. Em especial pelo fato de comprarem terras que não eram aproveitadas pela agricultura tradicional: os chapadões. Assim, nitidamente, esses produtores exploravam um diferencial advindo das condições naturais da terra.

Os principais indicadores desse processo são aqueles associados à mudança na base técnica de produção: utilização de adubos e fertilizantes, aumento da mecanização e emprego de sementes selecionadas.

O Centro-Oeste passou a ser, a partir de 1940, uma nova fronteira, inserida no mercado interno e externo. Ao mesmo tempo, na divisão regional do trabalho, estava encarregado do fornecimento de produtos agropecuários às indústrias do Sudeste. Abriam-se também novas perspectivas de trabalho às correntes migratórias. No contexto nacional,

**Getúlio** Vargas inaugurava tal inserção na dimensão do desenvolvimento e expansão do capitalismo, com a chamada *Marcha para o Oeste*.

O primeiro fato marcante na nova capital de Goiás, ainda na sua fase de construção, foi em 1940, a visita do então Presidente da República, Getúlio Vargas. O chefe da nação chegou para lançar a Marcha para o Oeste<sup>2</sup>

A opinião do Interventor de Goiás, naquele período, Pedro Ludovico Teixeira, em entrevista concedida ao jornal O Popular, divulgada no dia 24 de outubro de 1991, revela:

A Marcha para o Oeste foi justamente uma idéia de Getúlio. Foi um discurso, durante uma manifestação no Rio de Janeiro, que falou sobre a Marcha para o Oeste. Ele achava que o Brasil deveria crescer para o oeste. O litoral já estava mais ou menos saturado. A Marcha para o Oeste era o futuro do país. O Oeste era o território de Minas, Mato Grosso e estado de Goiás. Estes Estados tinham muitas possibilidades. Eu achei que Getúlio estava certo, não por causa de Goiás, mas por causa do Brasil. Vi que o país poderia progredir muito com esta Marcha para o Oeste. O Estado de Goiás e o Estado de Mato Grosso eram em 1930, antes da revolução, os piores estados do Brasil, os de menor renda. Os rendimentos eram menores do que de Sergipe. O mesmo em relação a Alagoas, Rio Grande do Norte, que eram estados pequenos. Hoje estamos acima deles, estamos em 10º lugar ou em 11º.

Segundo Campos (1983), o atraso econômico de Goiás, em relação aos outros estados, não é um fenômeno isolado mas é o reflexo de um processo histórico, que pode ser dividido em dois grandes momentos: o primeiro mostra a perspectiva dos bandeirantes aventureiros que com suas empresas mineradoras, levaram o ouro que foi possível encontrar na época. Não tinham intenção de se fixarem em Goiás e menos ainda de desenvolver a região. A ocupação do Centro-Oeste tem sido atribuída a eles, mas em compensação, o rastro deixado pelos bandeirantes não possibilitou nenhum progresso significativo para a região do Centro-oeste.

— dada pelo jornalista paulista WILLY

\*wcl.o. — 4. »«ss.da\* de intenon/aí £  
Sucrra mundial, ocorrendo àquela epoca.

Em um segundo momento, as oligarquias goianas, após a corrida do ouro, revezaram-se no poder. No plano federal, só faziam o papel de garantir a manutenção da política coronelista, por meio do sistema eleitoral, que se iniciou na Velha República e se estendeu até 1930. Por outro lado, as oligarquias representavam, sobretudo, a concentração das terras, colocando Goiás como um dos principais estados latifundiários do Brasil.

A Revolução de 1930 veio romper com esse poder das oligarquias. Em Goiás, o comando da revolução ficou a cargo de Pedro Ludovico Teixeira, em oposição aos Caiados, representava no estado, Aliança Liberal. Goiás entrava na união dos estados opositores que pretendiam dar o golpe no Presidente da República, Washington Luís, ao lado de Antônio Carlos, Presidente de Minas Gerais, Getúlio Vargas, Presidente do Rio do Grande do Sul e outros. A oposição goiana também pegou em armas, colaborando com a tomada do poder naquele episódio.

A Região Centro-Oeste, a partir daquele momento, começou a mudar de perspectiva, articulando-se ao plano de expansão do capitalismo.

Com a Marcha para o Oeste, o estado de Goiás tomava-se um chamariz de migrantes e imigrantes, embora, a Região Sul do estado fosse ocupada mais por pessoas vindas do Nordeste e Sudeste. Esse fator foi propiciado principalmente pelas ferrovias e, posteriormente, pelas rodovias, que dinamizavam a frente pioneira em Goiás. Cabe ressaltar que não é suficiente explicar o fluxo migratório apenas por essa via. Nesse contexto, no século XX, dois momentos distintos da história goiana, atraíram migrantes para o Planalto Central: a construção de Goiânia, a nova capital deste estado, e a construção de Brasília, a Capital Federal.

**Goiânia era vista como possibilidade de obtenção de emprego. No entanto, esse não foi o único atrativo populacional para o Meio-Oeste, já que pelo Departamento de**

Propaganda e Venda de Terreno, órgão do governo estadual, o principal objetivo era propagar e incentivar a ocupação e incentivar a ocupação de áreas em território goiano. Buscava-se atrair mais capitais, investimentos e expandir o mercado interno, visando dinamizar as exportações, aumentar o mercado consumidor interno, fazer a especulação imobiliária (na nova capital) e gerar impostos. Desta forma, a propaganda e os convites para se vir morar em Goiás eram insistentes e atraentes.

Outro fator que sedimentou a ação colonizadora de Goiás foi a instalação da capital do Brasil no Planalto Central, em 1960, por obra de Juscelino Kubitschek, presidente naquela época, que empunhava também a bandeira da política *desenvolvimentista*<sup>3</sup>

A construção de Brasília, em solo goiano, teve seus efeitos indiretos ou diretos, no estado de Goiás, pois provocou uma entrada maior de instrumentos e equipamentos de produção, essencialmente voltados para a agricultura. Ao mesmo tempo, viu-se um acelerado crescimento populacional, motivado não só pela construção da nova Capital Federal, mas também pelas facilidades criadas pelas rodovias, como: Belém-Brasília, Brasília-Fortaleza, Brasília-Belo Horizonte, Brasília-Cuiabá e outras que foram abertas naquele período. As rodovias federais, estaduais e até municipais, sem dúvida facilitaram, o acesso à região goiana, possibilitando e facilitando o deslocamento das pessoas de qualquer outro estado brasileiro.

Conforme textos apresentados na obra “Goiás Uma Nova Fronteira”<sup>4</sup>, percebe-se, claramente, uma preferência deste departamento do governo federal, pelo imigrante

<sup>3</sup> Política de incentivo implementada pelo governo federal, que se preocupava com o desenvolvimento das potencialidades brasileiras, tanto setor agrário quanto no setor urbano. Essa política ficou caracterizada pelo lema do governo Juscelino Kubitschek: “50 anos em 5

<sup>4</sup> Conselho de Imigração e Colonização da República (org). Goiás, Uma Nova Fronteira Humana Rio de Janeiro. 1949. Passim.

européu. Na obra, mostra fotos de apresentação e propaganda de estrangeiros, à espera de serem encaminhados às colônias agrícolas do Brasil. Os órgãos governamentais, destinados às iniciativas de colonização em Goiás, na década de 1940, foram o Conselho de Imigração e Colonização do Ministério da Agricultura, a Fundação Brasil Central, o Banco do Brasil, os Postos Agropecuários da Divisão da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura e a Colônia Agrícola de Goiás, trabalhavam no sentido de trazerem famílias estrangeiras formadas por agricultores e criadores, que pudessem vir com útil experiência e uma técnica apurada de produção. Na realidade, tudo não passava de uma propaganda enganosa. Era uma forma de fazer o camponês acreditar que realizaria o seu sonho, mas o que estavam atendendo mesmo eram os interesses do governo e das empresas privadas, ou seja, ocupar as terras, desbravá-las e as deixar ao grande capital. O Estado não tinha planejamento com o objetivo de assentar dignamente os colonos. Fez algumas colônias, que, além de fracassarem, geraram conflitos.

A criação, no início de 1941, da Colônia Agrícola de Goiás (CANG), conhecida como colônia de Ceres, ali implantada, pretendia distribuir de vinte a cinquenta hectares de terras, instrumentos de trabalho e habitação para pequenos produtores.

A criação, no início da década de 1950, das colônias agrícolas de Rubiataba, Rialma e Carmo do Rio Verde (como extensão da CANG).

Em termos percentuais, pode-se afirmar que, nas décadas de 1940 e 1950, a migração interna do Brasil, alcançava a cifra de 91.836 habitantes, perfazendo 11,15%. Em 1950 e 1960 atinge 259.310, isto é, 21,34%. De 826.414 habitantes, em 1940, o estado de Goiás, inserido nesse processo migratório, passou em 1950 para 1.214.921, e em 1960, saltava para 1.954.860 habitantes. Já em 1970, a população de Goiás, conforme censo (IBGE), chegava ao quantitativo de 2.989.414 habitantes.

O avanço do capitalismo, patrocinado e subsidiado pelo Estado no Brasil, transformou o cenário do estado de Goiás, que, não diferente de outros estados, foi provido de um processo acelerado para as regiões carentes de mão-de-obra e investimentos.

Com a infra-estrutura, a valorização das terras, a densidade demográfica esperada, as empresas, enfim vieram também os problemas sociais.

### 1.3 Migração, Fronteira e Conflitos Sociais

O processo de expansão do capitalismo no campo, no estado de Goiás, deu-se de modo desigual e injusto com o trabalhador rural. Os reflexos foram os mais diversos, mas os principais ííiram em tomo dos conflitos sociais e do êxodo rural forçado. A resistência camponesa passou a refletir a necessidade de viver na terra com dignidade

Na perspectiva de Martins, (1996, p.27) a violência é um dos fatores relevantes quando tentamos compreender a questão da fronteira: “O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social”.

Além de caracterizar a fronteira como um lugar de conflitos o autor procura explicitar historicamente a fronteira:

**É Dossível** assim fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica- da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos *temtónos avança a frente de expansão, isto é, a frente* da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização mas pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (...). da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (Martins. 1996 p. 31)

Dentre os movimentos sociais, que ocorreram em Goiás podemos citar. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas (1950-1964)*, um dos melhores exemplos da resistência camponesa.

Formoso e Trombas localizavam-se na Região do Médio Norte do estado de Goiás, atualmente denominada de Micro Região 06, do alto Tocantins, nas proximidades do município de Uruaçu. A principal característica da região era as grandes fazendas, as quais até 1948 tinham pouco valor. Mas a construção da Rodovia Transbrasiliana mudou totalmente os interesses particulares por essas novas fronteiras agrícolas. Trouxe também grandes levas de imigrantes, especialmente do Nordeste e Sudeste, carregavam a esperança de viverem como proprietários. Alguns estavam a procura de oitenta mil alqueires goianos de terras devolutas do estado. A ocupação dessas áreas de Trombas e Formoso intensificou-se assustadoramente, com o início da construção da Rodovia Transbrasiliana, em 1948.

Esse fato, além do fluxo migratório, gerou a ocupação indevida das terras devolutas por grileiros e os grandes proprietários. Segundo Carneiro, (1988), nesse período, com a relativa valorização das terras, um grupo de antigos fazendeiros da região, aliado ao juiz e ao dono do cartório, alegando que a terra havia sido sesmaria descobriu supostos herdeiros, abriu inventário e adquiriu a terra por preço insignificante. No entanto as grandes levas de migrantes conseguiram cercar essas terras devolutas. Passaram a desmatar, preparar para o plantio, formar pastos, abrir picadas e estradas. O desmatamento da região e o trato feito por migrantes recém-chegados valorizavam as terras, aguçando ainda mais a cobiça dos grileiros e fazendeiros que chegaram a cobrar pagamento de arrendo das terras, e obrigavam os ocupantes a assinarem termos de desistência, após anos de trabalho. Um dos principais fazendeiros João dos Santos Soares auxiliado pela polícia e

jagunços, pressionava os camponeses a entregarem a sua gleba, mediante violência, destruição de plantações, de casebres, de cercas, roubo de gado, assassinatos e outros atos

A situação diante da omissão do governo durou vários anos, em clima de tensão, decorrente das vendas de terras ilegalmente feitas pelos grileiros, da avidez dos fazendeiros e a resistência armada dos posseiros, os quais até 1964, tiveram que entrar em confronto direto com os latifundiários (que por sua vez resguardavam-se atrás da justiça). Por isso mesmo, os sem-terra apegavam-se aos poucos líderes existentes, como José Porfírio de Souza, e no Partido Comunista que se fez mais presente em meados da década de 1950. Os camponeses, nessa época, tiveram êxito em algumas empreitadas, conseguiram formar cooperativas e até vivem momentos de tranquilidade Segundo Guimarães, (1988), com o golpe de 1964, os líderes dos camponeses foram presos, torturados, exilados e assassinados Com a ocupação daquelas áreas pelas tropas da polícia militar e do exército, o movimento de Trombas e Formoso, chegou a seu fim.

No período da ditadura militar Goiás, foi marcado pela Guerrilha do Araguaia. Jovens comunistas, idealistas, universitários e militantes de esquerda estiveram com os camponeses no final da década de 1960, resistindo aos ataques do exército, e, ao mesmo tempo, preparando os trabalhadores rurais para uma sociedade igualitária, segundo os ideais do partido. Outro movimento importante em Goiás, na década de 1920, foi o movimento messiânico que ocorreu

em Goiás na década de 20, liderado pela milagreira Dona Dica Dica. não foi a única manifestação de consciência pela posse da terra, e nem a Guerrilha do Araguaia significou a última resistência camponesa Ao contrário. nas décadas que se seguiram aos anos 50. vários conflitos se desencadearam pela posse das terras goianas Por exemplo: Gurupi, Amaro Leite. Porangatu e seus municípios circunvizinhos. Jussara. Bntânia, Novo Brasil. Goianésia. Itauçu e outros tantos (Guimarães, 1988.p 38)

Movimentos como esses serviram de palco para confronto de grileiros e posseiros, fazendeiros e posseiros, governo e posseiros, enfim, todos aqueles que representavam o modelo capitalista de produção em detrimento do produtor direto da terra.

Em 1964, os proprietários rurais goianos, com receio da aplicação do Estatuto da Terra, aprovado pelo presidente Castelo Branco, e o usucapião por tempo de posse da terra, passaram a expulsar mais aceleradamente os camponeses. Além do aparato legal, as ligas camponesas, os sindicatos rurais espalhados em todo estado, as associações e uniões de camponeses tornaram-se problemas para proprietários rurais, pois por meio dessas associações e movimentos, os trabalhadores organizavam-se na luta pelos seus direitos.

Desde a década de 1940, as ligas passaram ao estado de Goiás, pelo Triângulo Mineiro. Os primeiros municípios goianos a organizarem suas ligas foram: Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira. Com a entrada do Partido Comunista (PC) na ilegalidade, em 1947, houve um processo de esfacelamento das ligas que, por isso, foram recebendo outras denominações. Em Goiânia, no dia 10 de março de 1951, o movimento camponês mostrou que estava bem ativo, com o 1º Congresso Camponês, indicando um certo nível de articulação dos trabalhadores rurais em Goiás. Em setembro de 1953, ocorriam em vários estados brasileiros a 1ª Conferência de Trabalhadores Agrícolas (CTA) foi criada a ULTAB (União dos Lavradores Agrícolas do Brasil).

Em Goiás formava-se a União dos Camponeses (UCG) depois transformada em ULTAG (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás). Foram essas organizações que ajudaram, por exemplo, o movimento de luta em Trombas e Formoso. A Igreja Católica também, a partir de 1950 e 1960, em Goiás, especialmente mediante os setores religiosos mais progressistas, aproximou-se dos trabalhadores rurais e operários

urbanos, inclusive formando algumas de apoio, bem como: JAC (Juventude Agrária Católica ) e LAC (Liga Agrária Católica).

A partir da década de 1970, alguns setores da Igreja Católica passaram a ter uma ação mais direta no campo, face a opressão que aumentava sobre os camponeses, órgão de atuação da igreja neste setor é a CPT (Comissão Pastoral da Terra), esta organização é fundada em 1975, quando o movimento sindical no campo estava muito desestruturado em razão das perseguições dos militares, com prisão de trabalhadores rurais e extermínio de alguns militantes do movimento.

O movimento sindical sofreu uma repressão muito forte com o golpe militar de 1964 e a Igreja católica a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, fez uma opção preferencial pelos pobres. Neste contexto, nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) A CPT estruturou-se porque alguns setores da Igreja perceberam que os conflitos de terras estavam localizados, sobretudo, nas fronteiras agrícolas, de onde os trabalhadores estavam sendo expulsos, porque o modelo agrícola que o governo adotou a partir de 1970 ia ao encontro dos interesses de empresários, banqueiros, grandes comerciantes e capital estrangeiro, pois estabeleceu um pacote de medidas (isenção de impostos, subsídios), cujo programa beneficia só quem tem disponibilidade de capitais

As terras, na maioria dos casos, foram vendidas sem preocupação com o direito de posse Depois da compra da terra, muitos empresários, com a ajuda do próprio INCRA (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária), acabavam chegando à região e expulsando os trabalhadores com pressão direta, como queima de barracos, contratação de jagunços, criação de milcias particulares ou mesmo pela ação da justiça apresentando documentação falsa ou comprando o juiz, neste caso as expulsões ocorriam com o apoio da policia, e com as mthcias particulares A vtolêncta contra o trabalhador no campo chamou a

atenção das pessoas como padres, bispos e outros setores da Igreja Católica, que cria a CPT com o objetivo inicial de denunciar o que estava ocorrendo com os trabalhadores rurais. Com esse tipo de trabalho a CPT começa a trabalhar na perspectiva de fundar sindicatos ou de auxiliar os sindicatos já existentes. Tentava-se discutir com os trabalhadores um novo sindicalismo que seria combativo, que se estruturasse com base nas lutas dos trabalhadores, normalmente em oposição à CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura em Goiás), que, nesse período, não assumia a luta dos trabalhadores, limitando-se a denunciar ao Ministério da Justiça as arbitrariedades cometidas no campo para o Ministério da Fazenda ou ao próprio INCRA, não assumindo, de fato, uma posição política de apoio aos trabalhadores, trabalho realizado pela CPT organizando-os para que pudessem defender seus direitos.

A partir de 1983, vai nascer o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que se iniciou-se com o apoio da CPT, com participação direta dos agentes pastorais, que davam apoio a esse tipo de organização. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra nasce porque, nem a CUT (Central Única dos Trabalhadores), nem o movimento sindical liderado pela CONTAG, davam respostas concretas à questão da luta pela terra. E esse movimento teve sua raiz, com o acampamento instalado em Encruzilhada Natalina no Rio Grande do Sul formado por famílias expulsas de uma área indígena e também de famílias que não foram indenizadas pelo governo na construção de uma hidrelétrica no estado, na cidade de Passo Real. Em nível nacional este movimento deu-se conta de que a conquista da terra só ocorrerá, com muita pressão sobre o governo, porque não há interesse por parte desse em implementar a reforma agrária.

Nesta perspectiva o MST não se caracteriza como um movimento sindical, mas como um movimento popular, que tem <sup>tom</sup> mais liberdade organizacional e desenvolve uma <sup>mão</sup>

luta específica pela conquista da terra, não segue regras, normas impostas por sindicatos, e não tem estatuto oficial. São pessoas que vão se agrupando claro, que criam normas e seus regulamentos, mas não partir de coisas que já foi imposta pelo Estado, mas por altjo organizado por eles mesmos e fundamentalmente, desenvolvem uma ação direta, o trabalhador ocupa a terra ou acampa, ou então ocupa o próprio órgão, ou seja se a reforma agrária demora tanto a saída é mobilizar-se e pressionar.

No que se refere ao estado de Goiás, a partir de 1960, com o objetivo de dar uma resposta aos movimentos sociais no campo, o governo criou, na gestão de Mauro Borges (filho do ex-interventor getulista Pedro Ludovico Teixeira), em, 1962 o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário). Mas acabou fazendo assentamentos, como a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), órgão federal e outros, ou seja, colocou os colonos nas terras sem as mínimas condições de vida Quem lucrava eram as empresas Colonizadoras as quais com o fracasso das lutas ocupavam a terra preparada e revendiam aos grandes latifundiários e empresários. Mesmo assim, podemos afirmar pela quantidade de lutas pela posse da terra, como se pode verificar na Tabela 5 a seguir, notamos que a década de 80 representou no contexto geral, o maior crescimento de assassinatos de trabalhadores rurais, arrendatários, religiosos, líderes sindicais, mulheres e crianças. Isso se deu pela infVa-estrutura que se desenvolveu promovida pelo Estado no interior, o que consequentemente passou a valorizar mais as terras Por outro lado, nos projetos capitalistas que se estabeleceram, não contaram com os trabalhadores e sim com as máquinas

Tabela 5 Evolução do número de trabalhadores rurais assassinados nas décadas de 70 a 80 no estado de Goiás

Estado de Goiás	1970/1979	1980/1989
N.º de trabalhadores assassinados	9	55
Total geral	64	

Fonte: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Assassinatos no Campo - Crime e Impunidade (1964/86), Globalp 161 e 162.

Na mesma proporção dos assassinatos, cresceram os conflitos, os despejos judiciais, as expulsões, a grilagem, as destruições. Na tabela 2, os dados apresentados referem-se às famílias dos trabalhadores do Centro-oeste, mas sabe-se que essa é a dura realidade de todo o país.

Observa-se que em 1988, o maior número apresentado na tabela 6, refere-se a despejos judiciais. Desta forma, os fazendeiros ficaram livres para ameaçar e expulsar, agindo livremente. Afinal, a lei acima de tudo protege a propriedade privada. Os maiores números pertinentes às tentativas e à própria expulsão do trabalhador rural, o maior elemento gerador de seu êxodo.

Pode-se observar que os números crescem na medida, que se distanciam os estados como Tocantins e Mato Grosso, vistos como fronteiras agrícolas na década de 1980 apresentam terras baratas e o fazendeiro praticamente confunde-se com as autoridades governamentais.

**Tabela 6 Conflitos de terra em 1988 na Região Centro-Oeste**

Estado	Nº Conflitos	Expulsões	Grilagem	Tentativa de expulsões	Ameaças de expulsões	Destruição das roças	Destruição das casas	Despejos Judiciais
Goiás	23							79
DF	3		1					
Mato Grosso	41	13		200			2	17
MT do Sul	22	150		8		1		270
Tocantins*	26	12	4	1	14	1	15	

Fonte: Arquivo CPT nacional/abril89. Apud "Conflitos do Campo - Brasil/88"

\*O Estado do Tocantins, entrou na região Centro-Oeste, pelos arquivos da CPT

Documento da CPT assinala a origem dos conflitos pela posse e uso da terra:

a causa eficiente dos conflitos e da luta pela terra não estava na ação dos partidos e grupos comprometidos com a tese da reforma agrária, mas passava cada vez mais para a ação violenta do capitalismo. O capitalista, o grileiro, o grande proprietário de terras e o próprio Estado com seus incentivos econômicos e financeiros ao avanço e à expansão no campo, romperam a linha de equilíbrio que mantmha a contradição entre o capital e os trabalhadores rurais num estado de latência relativa. Entraram francamente num processo de devastação humana, de extermínio, de verdadeiros genocídios (C P T (org), 1985)

É necessário lembrar que outro grave problema do período o êxodo rural no estado de Goiás, resultou também na degladiação pela terra. Gomes & Neto, (1993) o estado de Goiás serviu antes para ocupação de migrantes e imigrantes, com a expansão da infra-estrutura das máquinas para as zonas rurais. O homem rural, por esses e por outros motivos já analisados, viu-se forçado a deixar o campo e ir para as cidades. Com o esvaziamento do campo, provocado especialmente por políticas que visam a concentração da propriedade rural nas mãos de gnipos capitalistas organizados ou pertencentes a grandes latifundiários, os trabalhadores ao longo da história, foram procurando as periferias dos centros urbanos As consequências desse processo são desastrosas para toda a sociedade o inchaço das cidades por uma massa populacional desprovida do saber técnico urbano; o superpovoamento de bairros pobres, sem infra-estrutura, sem moradia digna, sem

assistência social adequada e provocando um crescimento desordenado das cidades, as quais por sua vez, carregam o ônus da incompetência governamental

Nesse sentido, como demonstram os números da tabela 7, as capitais são as principais cidades do Centro-Oeste, receptoras de migrantes.

Tabela 7. Participação percentual dos imigrantes nos últimos 10 anos na população total, segundo grupos etários, residentes nos municípios das capitais do Centro-Oeste na década de 1980.

Grupos etários	Brasília	Goiânia	Campo Grande	Cuiabá
Total	40,2	33,4	37,8	32,1
menos de 20 anos	30,5	29,3	33,8	27,6
de 20 a 39 anos	55,1	40,9	45,6	41,5
de 40 a 64 anos	37,5	30,7	36,7	30
de 65 anos a +	39,2	25,5	24,4	20,3
de 15 a 64 anos	49,5	38,4	42,9	38,7

Fonte: IBGE. Tabulayises Especiais do Censo Demográfico de 1980.

Da mesma forma, outras cidades de Goiás também tiveram um crescimento populacional proveniente de processo imigratório, como pode-se observar na tabela 8

Tabela 8. Migrantes por cidade nos anos 80

Cidade [Migrantes]	
Anápolis	6822
Aiuncus	3992
Ceres	3643
Goianésia	2812
Goiás Velho	3117
Inhumas	4555
Iporá	2699
Itaberaí	2809
Jussara	2730
Momníos	3182
Palmeiras de Goiás	3542
Piracanjuba	2530
Porangatu	2124
Rio Verde	2882
S Lmz de Montes Belos	4313
Tnnidade	3715

Karte IBC.E. Cemo Demográfico de 1980

O processo de urbanização contínuo das cidades pauta-se pelo deslocamento desenfreado das populações rurais, que, conforme o capitalismo avança pelo campo, são dispensados, pois não fazem parte desse modelo econômico. Os números correspondentes às cidades demonstram que esses municípios estão cortados por rodovias, na direção do grande capital estrangeiro e do Sudeste beneficiado por serviços públicos. Portanto, a terra já se tomou “valor de renda”. Esta condição leva os fazendeiros a fazerem a chamada especulação imobiliária, fator que agrava ainda mais o êxodo rural. Outros aspectos que atraem os migrantes para esses municípios são as atividades agro-industriais, as terras férteis, a aproximação dos municípios aos centros urbanos.

Dentre tantos problemas já comentados, o processo de inchaço das cidades por conta do êxodo rural tem provocado também impactos, como das atividades de trabalho urbano e do meio-ambiente.

## CAPÍTULO III

### GOIÂNIA - MIGRAÇÃO E PERSPECTIVAS

#### 1.1 Goiânia - breve histórico de sua ocupação

A história da cidade de Goiânia deve remeter à transferência da capital, que está vinculada à Revolução de 1930, quando o Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor do governo Getúlio Vargas em Goiás

Quando Pedro Ludovico decidiu-se, realmente, pela mudança da capital, tinha contra si dois grandes entraves a oposição dos antimudancistas comandados pelas oligarquias dos Caiados e a falta de recursos financeiros. Como disse o prefeito da nova capital, Venerando de Freitas Borges: "tudo era muito difícil, as distâncias, a carência de transportes, a precariedade dos meios de comunicação e, sobretudo, a pequena receita estadual, própria de um Estado atrasado e esquecido no coração do Brasil" (O Popular, 1991 p 5).

O primeiro ato corporificando o sonho da transferência ocorreu em 1932, quando o interventor Pedro Ludovico assinou o Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro, que escolhia uma Comissão para indicar o melhor local para a edificação da nova capital. Sob a presidência de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, o então Bispo de Goiás, a Comissão

passou a visitar quatro municípios que atendessem as condições exigidas pelo Interventor e pelos técnicos.

Quando o Município de Campinas, a antiga Campininha das Flores, hoje bairro de Goiânia, foi escolhido para sedear a nova capital do Estado, entre: Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio e Bata ou Ubatan (atual Orizona, o que se privilegiou para a escolha foi: a abundância de água, bom clima, topografia adequada e proximidades com a estrada de ferro, segundo Chaul, ( 1988).

Campinas, naquela época, era uma região sem grande importância econômica, mas um município que serviu de passagem a várias levas de migrantes atrás de riquezas. Porém muitos desses migrantes foram, ao longo do tempo estabelecendo moradia na região, os agricultores, os criadores de gado, os padres da Congregação Redentorista, as Irmãs Franciscanas e outros.

A 18 de maio de 1933, Dr Pedro Ludovico Teixeira baixou o Decreto nº 3.359. determinando que a região às margens do Córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas "Cnméia", "Vaca Brava" e "Botafogo", no então município de Campinas, fosse escolhida para nela ser edificada a nova capital do Estado Após o exame de 12 Km da topografia local, notou que a posição mais apropriada achava-se no rumo 130° (graus) de Campinas e a mais ou menos 7 Km de distância, num planalto de 760 metros de altitude Chegou - se também a conclusão de que o reservatório de água potável para abastecimento da cidade deveria ser construído no morro da Semnha e verificou-se que o escoamento da cidade a construir - se deveria ser para o Rio Santo Antônio ou para o Rio Meia Ponte dependendo de fatores econômicos. A corredeira denominada Jaó com uma diferença de nível de aproximadamente 8 metros, também era favorável para o fornecimento de força hidráulica, conforme relatório de 8 de março de 1933. (Chaul, 1988 p. 174)

Conforme Cordeiro, (1989), em 27 de maio de 1933 iniciava o preparo do terreno, no qual se construiria a futura capital do estado de Goiás, e, no dia 24 de outubro de 1933, em homenagem ao dia da Revolução de 1930, comandada pela Aliança Liberal de

Getúlio Vargas, deu-se o lançamento da pedra fundamental, data em que começou-se a comemorar o aniversário da cidade. Em 7 de novembro de 1935, foi baixado o Decreto n° 510, nomeando o professor Venerando de Freitas Borges, como o primeiro prefeito da nova capital e como vereadores de Goiânia, os senhores: Germano Roriz, Pedro Arantes, Godofredo Leopoldino de Azevedo, Arão Augusto de Souza, João Augusto Roriz, Eusébio Felipe e Milton K. e Silva.

No dia 23 de março de 1937, foi assinado o Decreto n ° 1 816, transferindo definitivamente a capital estadual. O batismo cultural só ocorreu em 5 de julho de 1942, em solenidade oficial realizada no recinto do então Cine-Teatro Goiânia. Hoje a inauguração solene de Goiânia, em 1942, para o restante do país, não passou de um comunicado de que as obras essenciais estavam prontas e outras a caminho. Já estavam construídos o Palácio das Esmeraldas, os prédios das repartições na Praça Cívica, as moradias modestas para o funcionalismo necessário, o Grande Hotel na Av. Goiás para os visitantes, além de outras construções simples mais importantes.

Cabe salientar, neste trabalho, que a cidade de Goiânia, foi uma das poucas cidades brasileiras planejadas e

inicialmente foi projetada pelo arquiteto Atilio Correia Lima. com os setores Central. Norte. Sul Leste Universitário e Oeste. Mais tarde, esse contrato com o arquiteto, foi cancelado e outro firmado com o urbanista Armando de Godoy que mudou muitos aspectos do Plano Anterior. Por sua vez, os técnicos da Firma Coimbra Bueno e Pena Chaves (posteriormente só "Coimbra Bueno & Cia"), dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno engenheiros contratados para dirigirem as obras públicas, encampavam a idéia defendida pelo urbanista, de se fazer de Goiânia uma réplica da cidade de jardim de Harvard (em Boston nos EUA)" (Cordeiro. 1989. p 17)

## 1.2 - Goiânia e o processo migratório

Segundo Cordeiro (1989), o projeto de construção da cidade de Goiânia, previa uma população de quinze mil pessoas em um curto prazo. Esperava-se que, em cem anos, chegasse aos cinquenta mil habitantes. Estas previsões, para os padrões das cidades goianas na época, eram perfeitamente normais, pois a cidade de Goiás, por exemplo, já existia há dois séculos e continuava com apenas oito mil habitantes. Percebe-se hoje que o planejamento para Goiânia era tímido e os construtores não tinham a idéia de que a nova capital, se tomaria a terra dos migrantes provenientes de vários estados brasileiros e municípios do próprio estado. Como sugeriu o urbanista Armando Godoy, o núcleo urbano deveria ter uma população para a qual Goiânia havia sido planejada, o excesso de população, ou seja, a extensão da cidade, se faria em novos núcleos suburbanos designados *ciudades satélites*, separadas e convenientemente afastadas do núcleo projetado.

O próprio Estado, por intermédio do Departamento de Terras criado em 1934, e que funcionava como banco de terras, parcelando, doando, vendendo o solo para fins urbanos, promoveu o incentivo e a vinda de migrantes para Goiânia, com o objetivo de ocupar áreas de baixa densidade demográfica. Mas, sobretudo, o governo queria trazer mão-de-obra técnica especializada, para empregá-la nas construções da nova capital.

A partir de 1940 e 1950, as empresas particulares, do tipo imobiliária, passaram também a fazer propagandas da cidade, objetivando especulação imobiliária. Por um outro lado, havia o interesse de aumentar os mercados consumidores e a valorização de terrenos, às vezes, até obtidos do próprio Estado, como foi o caso dos setores Coimbra e Bueno, doados por acordo e como forma de pagamento à empresa dos irmãos Abelardo e Jerônimo.

Em 1933, Goiânia contava com 14.300 habitantes, extrapolando previsões anteriores sobre o seu crescimento, em 1944, a população era de trinta mil habitantes, conforme Tabela 9.

Tabela 9. População de Goiânia de 1933 a 1980

Ano	População/h	Informações complementares
1933	14.300	Fundação da cidade
1935	14.807	Instalação do Município
1937	<b>22.000</b>	<b>Mudança</b> definitiva
1940	48 166	Recenseamento
1942	51.000	Batismo Cultural
1945	52.000	Estimativa do IBGE
1950	53.389	Recenseamento
1955	74.781	Estimativa do IBGE
1960	153.505	Recenseamento
1965	<b>251.000</b>	Estimativa do <b>IBGE</b>
1970	389.784	Recenseamento
1975	518469	Estimativa do IBGE
1980	817.343	Projeção do IPES

Fonte: Monografia n° 514 Goiânia. 2ª edição. IBGE

De acordo com o censo de 1960, houve um aumento percentual de 187,5% em relação a 1950, ou seja, de 53 389 a sua população elevou-se para 153.505. “A taxa de crescimento na década de 50 foi de 10,34%, de 60 ficou em 10,96%, em 1970 foi de 9,69%, na década de 1980 foi de 6.54% e na década de 1990 foi de 5,28%”.

Nos anos de 1960 e 1970, o aumento da população de Goiânia teve um acréscimo de 153,9% Em comparação com o restante das capitais do Centro-Oeste, apenas Brasília apresentou maior crescimento, na ordem de 184,4%, pela razão óbvia de ser a nova capital do Brasil, conforme Tabela 10 Mas não se pode esquecer que Getúlio Vargas colocava a capital do estado de Goiás, como o centro d Região Centro-Oeste e neste sentido nota-se que de 1940 a 1991, a média de crescimento anual da população residente

de Goiânia foi de 9,25% o que a colocou em primeiro lugar na região, com a maior taxa de crescimento nas referidas décadas.

Tabela 10. População residente, segundo os municípios das capitais do Centro-Oeste 1940/1991

Capitais	1940	1950	1960	1970	1980	1991	Média de Cresc. Anual
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	
Cuiabá	54.394	52.204	56.828	100.860	212.984	402.813	5.65%
		3.32%	1.11%	77.82%	111.16%	89.12%	
Campo					291.777	526 126	8.03%
Cirande						80.31%	
Brasília			139 796	537.492	1.176.935	1.601 094	14.64%
				284.48%	118%%	36.03%	
Cioiânia	48.166	53.389	153.505	389.784	717.526	922.222	9.25%
		10.84%	182 85%	152 14%	8843%	28 52%	

Fonte: Recenseamento do IBGE. 40/91

Os migrantes vinham de todas as partes do país, mas as maiores levadas eram provenientes de Minas Gerais, de São Paulo e do Nordeste do país, conforme pode-se constatar no trecho citado:

Nos anos setenta, em Goiânia, a maioria dos migrantes intermunicipais continuou sendo ongmária de Minas Gerais (18,1 mil pessoas). São Paulo (9.1 mil pessoas), sendo que somente 9.0% oriundos de Belo Horizonte e 52,2% da capital paulista Mas este processo de desenvolvimento populacional contou também com o avanço das populações interioranas do próprio Estado de Goiás Grande parte, foi proveniente da expulsão direta ou indireta do campo, já comentada anteriormente Essa grande massa populacional, das zonas rurais e d pequenas cidades procuravam Goiânia, **em busca de maior realização pessoal principalmente conseguir emprego, conforme** podemos observar nos dados do recenseamento da década de 70, que se refere aos migrantes domiciliados em Goiânia, além de podermos verificar a sua origem, podemos confirmar que o próprio interior de Goiás, foi o grande fornecedor de migrantes para a Capital (Chaul. 1980. p 109)

Na tabela 11, verifica-se que, em Goiânia, nessa década, chegaram também 2 553 imigrantes provenientes do Distrito Federal, um número significativo, quando podemos ver o Estado como uma economia bastante dependente de São Paulo e

consequentemente sem grandes oportunidades, principalmente nesse período quando a euforia da corrida para o Oeste já havia passado.

Tabela 11. Pessoas não naturais do município onde residem, por lugar de domicílio anterior. Segundo os Estados incluindo o exterior e Distrito Federal ano 1970

listado de ongem do migrante	Nº de migrantes em Goiânia
Bahia	12.635
Minas Gerais	35.210
Espírito Santo	236
Rio de Janeiro	1.025
Guanabara	998
São Paulo	10.915
Paraná	1.004
Santa Catarina	201
Rio Grande do Sul	240
Mato Grosso	3.905
Goiás (interior)	150.154
Distrito Federal	2.533
Exterior	1.248
Sem especificar	31

Fonle: IBGE. Recenseamento de 1970

(U)

Por outro lado, pode-se também observar na Tabela 12, que, de 1940 a 1991 a concentração urbana na capital mostra cifras maiores do que as zonas rurais do município goianiense que foi baixando de década a década: Goiânia, em 1940 apresentou uma população de 18 889 e em 1991, 912.130.704 habitantes. Em termos percentuais, pode-se afirmar que a população urbana de Goiânia cresceu na ordem de 4,828% e a população rural cresceu em média -29%, nas décadas de 1940 a 1991.

Tabela 12. População de Goiânia e de suas zonas rurais nas décadas 1940

Ano	Urbana	Rural	Total
1940	18 889	29.277	48 166
1950	40333	13 056	53.389
1960	133 462	17.551	151.013
1970	363 056	17.717	380 773
1980	703 682	13 844	717.520
1991	912 130	8704	920 840

Fonle\* JBOF- «B» Demográfico de 1940 a 1991

A análise realizada até o momento demonstra claramente que a população goiana se urbanizou de forma notável durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, como em nenhum outro momento da história da cidade, como pode-se observar na tabela 12. As migrações intra e inter-regionais aceleraram-se nesse período. Vale ressaltar que não só o processo migratório se constituiu em um fator de crescimento populacional de Goiânia, há outros, como o crescimento natural e as taxas positivas de natalidade, que contribuíram para que ocorresse uma elevada concentração urbana.

Conforme havíamos afirmado, o processo de urbanização e metropolização no decênio de 1970/1980, nas capitais e nos grandes centros-urbanos ocorreu, sobretudo em razão da migração, e, em especial, originária do interior das unidades federativas. Dessa forma, em Goiânia, mais de 70% dos migrantes intermunicipais eram provenientes do próprio estado de Goiás. Comparada a outras capitais, como por exemplo, Campo Grande, na mesma época que teve 60% de migrantes intermunicipais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiânia superou a taxa migratória intermunicipal.

Só na década de 1970, cerca de 55 municípios enviaram para Goiânia fluxos migratórios, com mais de mil pessoas. Um fluxo acima de quatro mil pessoas: Anápolis, Inhumas, São Luís de Montes Belos e Itaberaí. E municípios com fluxos acima de três mil pessoas pode-se citar: Anicuns, Ceres, Goiás e Itaporanga. Abaixo desses números, vários municípios forneceram migrantes para Goiânia. Conforme se observa na tabela 13, os municípios de origem dos migrantes, com fluxos de mil e mais pessoas, correspondem a 73,1% de todos os migrantes que vieram para Goiânia nessa década. Os números apresentados na tabela, correspondem apenas àqueles municípios que apresentaram um fluxo à capital do estado superior a mil migrantes.

Tabela 13. Migrantes intermunicipais provenientes de ligações  
Intra e Interestaduais com mais de Estaduais com mais de mil pessoas -

Unidade da	Migrante« provenientes de ligações Intra- estaduais	Numero dc
Federação	Município de origem com fluxos de 1000	Pessoas
Goiás	Anápolis	6822
	Anicuns	3992
	Aragoiama	1817
	Bela Vista de Goiás	1967
	Buriti Alegre	1231
	Catalão	1831
	Ceres	3643
	Crixás	1216
	Edéia	1170
	Fazenda Nova	1052
	Fimimópolis	1540
	Goianésia	2812
	Goiás Velho	3117
	Goiatuba	1765
	Guapó	1208
	Gumpi	1511
	Hidrolândia	1112
	Inhumas	4555
	Ipameri	1263
	ipora	2699
	Itaberaí	4312
	Itaguaru	1221
	Itanaci	1220
	Ilapirapuã	1299
	Itapuranga	3028
	itaiju	1634
	Jtumbiara	3059
	Jandaia	1681
	Jarajua	2304
	Jataí	2809
	Jussara	2730
	Leopoldo de Bulhões	1142
	<i>Momnhos</i>	3182
	Mossámedes	1295
	<i>Narãno</i>	1175
	Palmeiras de Goiás	3542
	Paraíso do Norte de Goiás	1213
	Pettolma de Goiás	1110
	Piracaiifuha	2530
	Piies à Rio	1854
	Paataüna	1923
	Porangatu	2124
	Porto Nacionai	1582
	Rio Verde	2882
	Rubiataba	1808
	Santa Helena de Goiás	18%
	São Luiz de Montes Belos	4313
	São Miguel do Araguaia	1995
	Silvãma	1105
	I aquaral de (knas	1280
	Tnnidade	3715

Tabela 13. Migrantes intermunicipais provenientes de ligações Intra e Interestaduais com mais de Estaduais com mais de mil pessoas - mil pessoas Goiânia (1970-80)

Unidade da Federação	Migrantes proveniente« de ligações Intra- estaduais Município de origem com fluxos de 1000 e mais pessoas	Numero de pessoas
Goiás	Turvânia	1203
	Truacu	1965
	Truana	1594

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980



A tabela 14 demonstra que, nas décadas de 1970 e 1980, outros Estados também influenciaram os fluxos migratórios para Goiânia. Porém, deve-se ressaltar que os números apresentados na tabela correspondem somente aos municípios que forneceram levadas de migrantes acima de mil pessoas

Tabela 14 Migrantes intermunicipais provenientes de ligações interestaduais com mais de mil pessoas Goiânia - 1970-1980.

Unidades da Federação	Migrações Provenientes de Ligações Interestaduais Municípios de origem com fluxos de 1000 e mais pessoas	Número de pessoas
Bahia	Correntina	1060
	Santa Mana da Vitória	1501
Minas Gerais	Araçuan	1751
	Belo Horizonte	1620
	Ituiutaba	1464
	Uberaba	1015
	Uberlândia	2147
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1325
São Paulo	São Paulo	4728
Mato Grosso	Barra do Garças	1012
Brasília	Brasília	6634

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1980

Os números apresentados conforme tabelas 13 e 14, correspondem aos migrantes provenientes de ligações intra e interestaduais com mais de mil pessoas, mas é evidente que as correntes migratórias abaixo dessas cifras abrangeram outros municípios goianos e municípios de outros estados que não aparecem na tabela De qualquer forma.

interessa-nos mostrar os municípios de maior fluxo migratório para Goiânia nas décadas de 1970 e 1980.

Já analisamos diversos fatores que implicaram esse processo migratório em diferentes décadas, a expulsão do homem do campo, consequência da concentração fundiária e da expansão do capitalismo, os conflitos sociais e a luta pela posse da terra, a propaganda para a colonização de novas fronteiras agrícolas, a construção de rodovias, etc.

Nos anos 80, Goiânia foi apresentando mudanças significativas nos seus aspectos geográficos e do entorno e em 2002 hoje apresenta, conforme seu plano diretor, características bem diferentes do plano original, por conta do crescimento populacional, expansão do capital e especulação imobiliária. E nos últimos anos, passa a ocorrer um novo fenômeno na questão migratória. E os municípios limítrofes apresentam taxas de crescimento populacional bem maiores do que as taxas da própria capital, embora esta apresentasse taxa de crescimento na ordem de 2,33%, conforme se observa na tabela 15. Observa-se que, nas décadas de 1980 e 1990, a maior taxa de crescimento ocorreu nos municípios do entorno da capital: Aparecida de Goiânia com 13,90%, Senador Canedo com 12,95%, Trindade com 5,28% e Goianira com 5,06%. Conforme outros municípios se distanciam de Goiânia, observa-se na tabela 15, que as taxas de crescimento populacional, apresentam índices menores: Nerópolis 2,97%, Aragoiania 2,61%, Guapó 1,47% e Hidrolândia, 1,62%. Não se esquecendo que outras cidades do interior tiveram relevantes taxas de crescimento urbano, em razão de criação de cooperativas de produção, um bom comércio e a instalação de algumas indústrias nos anos 90 em especial, de Catalão e Rio Verde

Tabela 15. População residente de 1980/1991, por sexo e taxa de crescimento anual, segundo os Municípios goianos.

Municípios	População Residente	Homens Residentes	Mulheres Residentes	Total de Homens e Mulheres 1991	Taxa de Crescimento Populacional (%)
	1980	1991	1991		(%)
Aparecida	42.597	89.302	89.024	178.326	13,9
Aragoiama	3.701	2.534	2.382	2.382	2,61
Goiânia	714.174	440.090	480.748	920.838	2,33
Goianira	7.488	6.660	6.237	12.897	5,06
Guapó	9995	5.972	5.776	11.748	1,47
Hidrolândia	8.561	4423	4.798	10.221	1,62
Nerópolis	9.368	6.508	6.429	12.937	2,97
S. Canedo	6.263	12.149	11.774	23.923	12,95
Tnndade	30.612	26.900	27.030	53.930	5,28

Fonte IBGE, Censo Demográfico 1991 - Brasil

Os dados da tabela 15 apontam claramente uma queda no crescimento populacional de Goiânia, ao passo que as cidades do entorno apresentaram um crescimento das taxas populacionais. As causas desse fenômeno são várias, mas gostaríamos de ressaltar dois fatores que implicaram diretamente esse fato contraditório: o primeiro é a especulação imobiliária, que se desencadeou na capital desde a década de 1950; a Segunda que as cidades do entorno servem apenas de dormitório para a grande parte de seus moradores, como é o caso de Aparecida de Goiânia, cidade dormitório, e como especulação imobiliária dos migrantes de baixa-renda. Analisaremos a seguir cada um desses elementos condicionadores.

Para entender melhor o fator especulativo das imobiliárias nos anos 1980, em Goiânia, é necessário realizar a análise do plano original da nova capital, que, pelo Decreto estadual n° 3.359, de 18 de maio de 1933, estabelecia normas de implantação da cidade.

Na sequência, com a decisão de construir a capital de Goiás, definida pelo Decreto n° 3.547, de 06 de julho de 1933, o interventor Pedro Ludovico Teixeira encarregou o urbanista Atilio Correia Lima para elaborar o projeto da futura capital, cujo parâmetro era uma população tnictal de quinze mil pessoas, que se localizaria no centro da cidade, e para o futuro seriam cinquenta mil habitantes. A entrega do Plano Diretor da

cidade, se deu por Atilio Lima, em 10 de janeiro de 1935. Porém o Plano Diretor de Urbanização de Goiânia, só foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90-A, de julho de 1938. Neste plano, o referido urbanista estabelecia todas as diretrizes a serem seguidas para desenvolver a cidade de forma coordenada e ordenada.<sup>5</sup>

O plano original apresentava uma área urbana de 1082 hectares, 707 hectares destinavam-se à construção e 275 hectares às vias públicas, parques e jardins. Os lotes residenciais teriam área mínima de 360m<sup>2</sup>, e conforme se afastavam do centro, as quadras eram maiores, destinadas exclusivamente aos usos residenciais, e com mais espaços livres. Muito cedo esse plano começou a sofrer alterações, em razão das levas de migrantes que chegavam à cidade e, sobretudo, pela interferência do setor imobiliário, que especulam no mercado, objetivando lucros.

Com a população que precisava de lotes para se estabelecer, o governo iniciou na década de 1950, o arruamento dos setores Sul e Oeste. Os altos custos destes terrenos propiciavam a participação decisiva da iniciativa privada no mercado imobiliário, com base na Lei municipal n.º 176, de 16 de março de 1950, conforme dados do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.

A partir de 1964, segundo (RASSI) 1985 verificou-se um assustador aumento de loteamentos feitos por iniciativa privada. Mais de 183 loteamentos, foram feitos de forma aleatória e sem nenhuma ligação entre si, gerando uma ocupação rarefeita, sem preocupação, com a estrutura urbana existente na época. Na década de 1960, começou também o processo de verticalização de Goiânia, que ocorreu de maneira rápida e praticamente sem interferência dos instrumentos legais do estado e do município. A

<sup>5</sup> Todos os dados referem-se ao Plano Diretor de Urbanização de Goiânia, foram coletados no IPLAN

construção de grandes e médios prédios nos setores: Oeste, Universitário, Central e outros, atendida ao surgimento de uma classe média alta

Na década de 1970, a população residente em Goiânia chegava a 380 773 pessoas com apenas 5% na zona rural, Esse crescimento populacional, proveniente do êxodo rural causou, por outro lado, a expansão horizontal dos bairros e vilas da periferia de Goiânia, espaço para onde se dirigiram esses migrantes A liberação, desde a década de 1950, de infra-estrutura básica para os empreendedores imobiliários permitiu a expansão de um grande número de loteamentos irregulares, criando também espaços vazios do centro da cidade até as áreas mais distantes, conforme o interesse dos especuladores

Segundo Rodrigues, (1989) em Goiás, como no Brasil, o solo urbano e as edificações integram as mercadorias do sistema capitalista A terra urbana é permanente, e as obras públicas realizados têm propiciado a oportunidade de acumular riquezas É evidente que todos pagam por um pedaço de terra, mas quando um lote é provido de água, luz, sistema viário com malha asfáltica, redes de esgoto, escolas, postos de saúde, praças, logradouros públicos etc, este pedaço de terra passa a ter um valor bem mais alto do que um lote sem qualquer infra-estrutura Para produzir renda, o ter e o usar não estão juntos A urbanização pauta-se nas regras de valorização do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada. Trata-se de um imóvel que se valoriza pela monopolização de acesso a um bem necessário á sobrevivência e que se toma escasso e caro pela propriedade privada O texto que segue é esclarecedor:

Como afirmava Adam Smith, economista político do séc XVIII “o próprio mercado regula o sistema econômico”, mas a “mão invisível” (o Estado) regula o funcionamento da economia Nesse sentido a terra por si só não gera nenhuma renda, e ela passa a ser renda quando se toma bem de valor com os capitais privados e os benefícios públicos do Estado, favorecendo o mercado mesmo que seja a contra-gosto da maioria Há diferentes

esferas de poder estatal, como a União, os Estados e os municípios, em todos eles existe uma relação dialética com o mercado, mas isso não elimina o fato de o Estado exercer o seu auxílio a esse mercado (Santos. **1988, p.101**)

Segundo Campos (1991), no final da década de 1960 e início de 1970 a aliança entre o Estado e a setor privado, ficou patente, quando o governo estadual, fez a contratação da firma Serete Engenharia S/A, para elaboração do Plano Diretor Integrado de Goiânia (PDIG) No dia 31 de dezembro de 1971, a Lei Municipal 4.523, aprovou o Plano de Desenvolvimento de Goiânia A Lei Municipal 4.525 de 31 de dezembro de 1971 delimita áreas urbanas, de expansão urbana e rural Novamente as imobiliárias, embora, a lei estava ai para ser cumprida, vão se sentir livres para agir em busca do lucro desenfreado. Sem o controle legal do uso do solo, o plano original de Goiânia cresceu mais de dez vezes o tamanho original O municipio hoje apresenta uma área total de 801.02m<sup>2</sup>, com várias áreas vazias e mais de cem mil lotes desocupados nas mãos de especuladores imobiliários, utilizados como reserva de mercado.

No período de 1975 a 1985, quando o afluxo de migrantes fez a população passar de 555 mil para 855 mil habitantes, foram construídas aproximadamente 57 mil novas unidades habitacionais, dentre as quais, 17.220 eram apartamentos, distribuídos em 4 304 novos prédios Goiânia ainda não expandia significativamente seu espaço parcelado, mas crescia a sua verticalização, marcando mais uma época de euforia do mercado imobiliário com o respaldo do Estado A Lei de Zoneamento da cidade incentivava a construção de edifícios de apartamentos residenciais no Centro, Setor Oeste, e, posteriormente na parte Sul da cidade, onde existiam redes de água e esgoto, mas bem escassas

O valor dos lotes urbanos de Goiânia aumentou muito, e começaram a surgir os primeiros loteamentos nos municípios limítrofes da capital, com oferta para as camadas mais

pobres da sociedade e, sobretudo, para a população migrante. Dessa forma, as cidades vizinhas adjacentes de Goiânia, na década de 1980, apresentaram taxas de maior crescimento populacional do que a da própria capital, como se pode observar na tabela 7. porém essa população começou a usar os municípios limítrofes como dormitório, criando grandes problemas: o crescimento desordenado do Aglomerado urbano de Goiânia e a falta de assistência de poder público para essas pessoas, vítimas da migração rural, situação já descrita anteriormente.

Por outro lado, percebe-se, portanto, que essa foi a fase também de crescimento e transformação do setor da construção civil, que assumiu grande participação na formação do capital fixo e na canalização de poupanças privadas

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a formação do espaço urbano de Goiânia resultou de dois grandes processos de adensamento exagerado e pontual de alguns bairros e da dispersão da periferia. Pode-se apontar três agentes que influenciam diretamente na ocupação do solo urbano, nesses anos, na capital Goiânia primeiro, o Estado que agiu com seus investimentos públicos e normatização legal do espaço urbano; segundo os empreendedores imobiliários, que como já vimos, esteve historicamente acoplados ao Estado e com o objetivo de aumentar as suas taxas de lucros, impondo ao governo as alterações no aparato normativo em vigor; e em terceiro, os migrantes, que antes eram chamados de sem-terra, agora conhecidos como sem-teto, que passam na cidade a forçar a ocupação de áreas vazias, assumindo ora e outra a condição de posseiros urbanos

Com o avanço do capitalismo, sobretudo nos estados mais distantes da federação, nas décadas de 1960 a 1980, ocorreu uma pressão de necessidades o crescimento demográfico acelerado, acompanhado de uma grande concentração nas

idades, como foi o caso de Goiânia, resultante da intensificação do processo migratório em todo o país. De modo geral, os centros urbanos crescem em ritmo intenso que dificilmente será alcançado pelas possibilidades existentes de fazer da cidade um lugar bom para se viver. As regiões metropolitanas cada vez mais se inserem no contexto do capital, que se mostra perverso, uma vez que atende aos interesses dos mesmos grupos em detrimento da coletividade.

Nas cidades brasileiras, assim como em Goiânia, os governos, em virtude da sua própria impotência de gerenciar bem uma cidade submetida às pressões do setor privado, deixaram o desenvolvimento urbano e a organização territorial praticamente nas mãos dos empreendedores imobiliários. De modo geral, a Lei de Zoneamento de 1980<sup>6</sup> apresenta lacunas, que a torna ineficaz em relação à ocupação do solo. A lei citada considera como Zonas de Urbanização Prioritária as áreas urbanas do município, dotadas de infra-estrutura, equipamentos sociais, ou equipamentos urbanos que constituem vazios urbanos, sujeitos à atuação urbanística, com a finalidade de exigir do proprietário do solo urbano não-edificado que promova seu adequado aproveitamento. O projeto também estabelece penas para os proprietários que não utilizarem a área. As penas podem ser de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto progressivo ao tempo sobre a propriedade territorial e desapropriação com pagamento mediante títulos de divisão pública.

A criação do imposto progressivo ao tempo deu-se em razão de estudos técnicos realizados pelo IPLAN que revelaram a existência de aproximadamente 99 mil lotes vazios em Goiânia com o objetivo apenas de especulação imobiliária. A aplicação desse imposto visa coibir esse tipo de ação especulativa.

<sup>6</sup> O Artigo 1<sup>o</sup>2. parágrafo 2. da Constituição Federal, se vê: “A propriedade urbana **cumpTe sua** função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor’

Não só a especulação imobiliária promovida por particulares adicionam valor ao solo, como também os investimentos realizados pelo Estado, provocando valorização diferencial no espaço urbano. Os investimentos promovem a diferenciação dos imóveis por classes sociais, o que eleva os preços, e os lotes urbanos se tomam inacessíveis para a maioria da população. A esses fatores que implicam diretamente na ocupação do espaço urbano de Goiânia, especulação imobiliária e Estado, acrescenta-se o terceiro fator, o inchaço da cidade, devido à migração.

Nesse sentido a migração constitui um dos fatores importantes na compreensão da dinâmica do crescimento desordenado de Goiânia, pretendemos focalizar a migração, como um dos aspectos essenciais da ocupação do espaço urbano de Goiânia, analisando-a como um fenômeno social.

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, a migração é resultante dentre outros fatores, da concentração de terra e da expulsão do homem do campo. Pretende-se aqui discorrer sobre os resultados deste processo migratório, sobretudo para os migrantes de baixa renda, em Goiânia. Objetivamos mostrar a situação de pobreza do migrante e tentar correlacioná-la com a organização da cidade. Inegavelmente, a mobilidade do homem hoje é muito grande, pois as pessoas estão constantemente procurando um lugar para sobreviver, meios de alimentar os filhos, a esposa e outros parentes que normalmente acompanham o migrante, conseguir emprego, moradia... Afinal todos precisam viver, trabalhar, morar.. No campo, nas cidades de médio e pequeno porte, nas metrópoles, a moradia constitui uma das necessidades básicas das pessoas. Historicamente mudam-se as características da habitação, no entanto, é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço. E quando o homem, fruto da migração em Goiânia na perspectiva de dias melhores, enfrenta as duas grandes dificuldades são emprego e moradia.

### 1.3- O Primeiro desafio do migrante - inserir - se mercado de trabalho em Goiânia

Através dessa análise, podemos perceber através dados, que em Goiânia assim como no Centro-Oeste, trata-se de uma região de migrantes, uns há algumas décadas e outras levas de migrantes mais recentes a procura de trabalho.

A influencia da migração recente dos anos 1980, na estrutura da capital se deu, principalmente, na faixa etária de vinte a quarenta anos, grupo que está concentrando a maior parte da força de trabalho (de 15 a 64 anos).

Segundo Jardim, (1990) em Goiânia o grupo etário de vinte a quarenta da na força de trabalho do migrante recente representou cerca de 60%. A maioria dos migrantes emprega-se na construção civil, nas empresas de prestação de serviços (exemplo empresas de limpeza e coleta de lixo), no comércio informal de mercadoria e nas indústrias de transformação. Nas atividades do setor terciário, a força de trabalho do migrante representou mais de 74,7%. Goiânia era a capital da Região Centro-Oeste que detinha, em 1980, maior número de migrantes no comércio de mercadorias, tanto em relação ao seu setor terciário quanto ao próprio ramo de atividade. Nesse estudo pretende-se a falta de empregos para os migrantes recém chegados a Goiânia só depois de certa permanência em empregos do setor terciário e com renda abaixo de dois salários mínimos. Essa realidade não se limita a Goiânia, mas ocorre na Região Centro-Oeste.

Como se pode constatar na tabela 16 o excedente da força de trabalho nas capitais da Região Centro-Oeste é bem maior do que o efetivo que os respectivos mercados de trabalho podem absorver. A tabela 16 demonstra que, nas décadas de 1970 e 1980, Goiânia e Campo Grande, apresentaram de 2,4% de desocupação das pessoas que migraram nesse período.

Tabela 16. Taxa de desocupação da população economicamente ativa total, migrante e das pessoas que migraram entre 1970-1980. Segundo a localização Geográfica - 1980

Localização Geográfica	Taxa de Desocupação da população economicamente ativa (1)	Taxa de desocupação dos Migrantes (1)	Taxa de desocupação das pessoas que migraram entre 1970-1980(1)
Centro-Oeste	2,1%	1,7%	2,0%
Campo Grande	u%	1,1%	2,4%
Cuiabá	2,3%	1,6%	1,9%
Goiânia	2,1%	1,7%	2,4%

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

Nota (1) TD=1 - PEA Ocupada= 100  
PEA Total

Observa-se na tabela 17, os dados numéricos que apresenta o quadro da participação da força de trabalho do migrante nos anos 1980, que Goiânia tem taxa de desocupação de 2,1% de sua força de trabalho, o que não se explica apenas pela demanda e oferta de mão-de-obra no mercado urbano, mas também pela absorção da força de trabalho do migrante na indústria de transformação e na construção civil que juntos absorvem mais de 20% da força de trabalho, que se incorporou aos mercados de trabalho urbanos nos anos 70. Contudo, a exemplo das demais cidades, Goiânia, presencia-se uma acentuada terceirização da força de trabalho nesse período, com grande número de excedentes especialmente de migrantes.

Tabela 17. Taxas de atividade e da ocupação da força de trabalho residente nas capitais do Centro-Oeste - 1980

Região	Total (1)	Migrante (1)	Migrantes nos últimos 10 anos	Total (2)	Migrante (2)	Migrantes nos últimos 10 anos
Capitais						
Campo Grande	53,0%	55,6%	55,1%	98,8%	98,9%	98,6%
Cuiabá	50,6%	55,3%	54,2%	97,7%	98,4%	98,1%
Goiânia	53,1%	56,8%	55,7%	97,9%	98,3%	98,0%
Brasília	54,7%	60,4%	58,9%	97,7%	97,8%	97,4%

Fonte IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980

(1) Taxa de Atividade =  $\frac{PEA}{População\ de\ 10\ anos\ e\ +} \times 100$

Por causa da importância de seu mercado de trabalho e a expectativa dos migrantes na obtenção de melhores condições de vida e de trabalho, Goiânia é a cidade que depois de Brasília possuía maior participação relativa de migrantes em sua força de trabalho total em 1980 (79,4%), isto é, mais de 70% do crescimento do número de trabalhadores ocorreu por causa dos migrantes. Além do mais, o excedente de migrantes cumpre a função de manutenção de uma mão-de-obra abundante e barata disponível para esses mercados, uma vez que Goiânia apresenta o maior percentual da força de trabalho migrante com até dois salários mínimos, sobretudo os recém-chegados, que não conseguem nem um salário mínimo, como se pode observar nos números apresentados na Tabela 18

Tabela 18. Porcentagem da população economicamente ativa ocupada total, de migrantes nos últimos 10 anos, segundo classes de renda em Goiânia - 1980

Classes de Renda	Total	Migrante	Total (Migrantes nos últimos 10 anos)	Migrantes (1970-1975)	Migrantes (1975-1980)
Total	100	100	100	100	100
	279.572	222.910	109.994	31.741	78.523
Até 1 salário Mínimo (SM)	35,4%	35,5%	39,3%	32,3%	42,2%
1 a 2 SM	28,7%	28,9%	30,3%	30,3%	30,4%
2a 3 SM	12,6%	13,0%	11,6%	14,3%	10,6%
3a 5 SM	10,8%	11,2%	8,8%	12,0%	7,5%
5 a 10 SM	7,4%	7,8%	5,7%	7,0%	5,1%
10 SM e +	5,1%	5,4%	4,2%	4,2%	4,2%

Fonte: IBGE. Forcetagtm da população economicamente ativa ocupada dos migrantes nos últimos 10 anos. Tabulav<sup>^</sup> Especiais do Censo Demográfico de 1980

Dos migrantes que recebiam acima de dez salários mínimos, temos um percentual de apenas 5,1% a grande maioria ficou no patamar de no máximo um salário mínimo (35,4%) do total. Observa-se ainda, na tabela, que nos anos de 70 a 80, o percentual de migrantes que ganhavam até 1 salário mínimo aumentou para 42,2% ao passo que o percentual de migrantes que recebiam mais de dez salários mínimos caiu para 4,2%. Os dados da tabela 10 mostram que a maioria dos migrantes que consegue uma ocupação

no mercado de trabalho recebe baixa remuneração, que normalmente não exige um bom nível de escolaridade, especialização e capacidade técnica

Um outro dado que pode ser agregado aos dados da tabela 18 e que indicam um baixo nível de escolaridade entre os migrantes, ressaltando que são migrantes especiais, pois são dados tabulados com base Cadastro da Renda Cidadã

Tabela 19. Migrantes do Banco de Dados do Cadastro da Renda Cidadã. Origem e nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	Outros Estados	(%)	Goiás Interior	(%)
Sem definição	558	6,9	1346	8,6
Alfabetização	1480	18,42	3018	19,28
Não-alfabetizado	1646	20,5	2104	13,44
Semi-alfabetizado	1866	23,23	3021	19,3
Primeiro grau incompleto	1988	24,74	4870	31,12
Primeiro grau completo	265	3,3	692	4,42
Seg grau incompleto	143	1,8	347	2,21
Seg grau completo	80	1	237	1,51
Superior incompleto	2	0,02	10	0,06
Superior completo	5	0,06	0	0
Mestrado	0	0	1	0,006
Total	8033	100	15651	100

Fone Cadastro Renda Cidadã Secretaria de Trabalho e Cidadania Governo de Goiás  
2000

Observa-se na tabela 19 que 93,79% dos migrantes provenientes de outros estados provenientes possuem nível de escolaridade abaixo do primeiro grau completo e os migrantes provenientes do interior do estado de Goiás apresentam um baixo nível de escolaridade, pois 91,74% não possuem o primeiro grau completo, o que certamente dificulta o acesso ao mercado de trabalho, em especial, aos empregos que pagam melhor e que evidentemente exigem uma mão-de-obra especializada, além de excluir a grande maioria dos migrantes, ainda oferecem poucas vagas o que toma maior o exército de reserva mão-de-obra

Tabela 20. Porcentagem da população economicamente ativa ocupada total. migrantes nos Últimos 10 anos, segundo classes de renda em Goiânia - 1980

Classes de Renda	Total	Migrante	Total (Migrantes nos últimos 10 anos)	Migrantes (1970-1975)	Migrantes (1975-1980)
Total	100	100	100	100	100
	279.572	222.910	109.994	31.741	78.523
Até 1 salário Mínimo (SM)	35,4%	35,5%	39,3%	32,3%	42,2%
1 a 2 SM	28,7%	28,9%	30,3%	30,3%	30,4%
2 a 3 SM	12,6%	13,0%	11,6%	14,3%	10,6%
3 a 5 SM	10,8%	11,2%	8,8%	12,0%	7,5%
5 a 10 SM	7,4%	7,8%	5,7%	7,0%	5,1%
10 SM c +	5,1%	5,4%	4,2%	4,2%	4,2%

Fonte: IBGE. *Porcentagem da população economicamente ativa ocupada dos migrantes nos últimos 10 anos.* Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

Por outro lado, constata-se que a situação dos migrantes recentes, especialmente dentre aqueles que migraram entre 1975-1980, apresentam um nível de pobreza ainda mais acentuado em relação às décadas anteriores. Em todas as capitais da Região Centro-Oeste, dentre os que estavam ocupados com a prestação de serviços a maioria recebia até dois salários mínimos, o que correspondia a percentuais superiores a 70% e alcançando mais de 80% da força de trabalho ocupada nesta atividade em Goiânia. Assim é que na Região Centro-Oeste, grande parte dos trabalhadores migrantes cumpre o papel de manter a baixos custos o nível de reprodução da força de trabalho, como também foi fundamental para a formação do processo de acumulação de capital nas décadas de 1970 e 1980, o que nos leva a concluir que, se de um lado houve um crescente empobrecimento dos migrantes que chegavam em Goiânia, de outro lado, houve uma crescente concentração de renda para os empresários dos ramos imobiliários, de prestação de serviços e terceirização.

#### 1.4 -Habitação e migração - um duplo desafio

Um dos problemas mais abordados quando se fala em migração é o êxodo rural, e, em consequência, o crescimento desordenado das cidades que recebem esses migrantes. Enquanto o governo não realizar uma política séria de reforma agrária, os migrantes de todas as partes continuarão a vir para os centros urbanos, como tem ocorrido em Goiânia. Outra questão importante a ser abordada aqui é propaganda veiculada nos meios de comunicação, como por exemplo, a de que Goiânia tem boa qualidade de vida, o governo distribui leite, pão, cesta básica, oferece salário escola, renda cidadã, lotes, energia gratuita e outros benefícios, que normalmente atraem o migrante para a cidade. O problema é que quando estes migrantes chegam a Goiânia, a cidade não é capaz de oferecer a ele tudo o que este espera, pois o que ele encontra não é exatamente o que ele ouviu ou leu sobre a cidade.

A cidade oferece boa qualidade de vida, mas não para os indivíduos de baixa renda, como é o caso da maioria dos migrantes que a cidade tem recebido nos últimos anos. Estes migrantes são submetidos a uma segregação urbana, morando normalmente na periferia especialmente da Região Noroeste, bairros nos quais 85% da população são migrantes segundo dados do IPLAN ou mesmo, nas cidades do entorno de Goiânia, como Aparecida de Goiânia, Goianira, Trindade e Aragoiânia.

Esgotou-se a fase em que Goiânia foi vista como avanço de uma fronteira de trabalho e um lugar fácil de se conseguir um lote, reduzindo, portanto, as oportunidades, até a de habitação. Pela situação miserável em que se encontram, muitos migrantes não conseguem sequer um terreno por longas prestações nas cidades próximas da capital.

Restam a estas pessoas moradia de aluguel ou mesmo algum parente, ou esperar para invadir uma área pública ou privada, formando confinamentos de pobreza nas periferias mais distantes do centro da cidade, conhecidas nos grandes centros como favelas.

Embora, Goiânia não apresente favelas como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e etc, não deixa de ter suas periferias, que identificam muito mais com favelas do que com bairros concebidos legalmente. Neste sentido a favela em Goiânia, como em outras capitais brasileiras, surge da necessidade do onde e como morar. Se não conseguem comprar um terreno, nem construir, e o aluguel aperta o orçamento familiar, o indivíduo busca alternativas, que possam solucionar o problema da moradia.

Para grande parte dos migrantes recentes que reside em Goiânia a solução adotada tem sido a posse da terra urbana. As invasões passam a ser produtos da conjugação de vários processos: da expropriação de pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e urbana-urbana, sobretudo de pequenas cidades e cidades de porte médio para as grandes cidades. As invasões decorrem do processo de empobrecimento dos trabalhadores urbanos, do preço da terra na cidade e das edificações. Por outro lado, as favelas demonstram a luta social e política pela sobrevivência e pelo direito à ocupação do espaço urbano. De outra ótica, essa realidade significa o crescimento desordenado da cidade.

As invasões são para os migrantes e trabalhadores uma forma de garantir a sobrevivência na cidade grande. Levanta barracos de um dia para outro representa uma saída contra uma ordem desumana e segregadora. E, neste sentido, Goiânia não constitui uma exceção, por isso, começaram a expandir-se as invasões em toda a cidade, em consequência da retenção de terrenos e os altos preços de moradia, tanto de aluguel, quanto de edificações à venda pelos empreendedores imobiliários.

Os vazios demográficos criados, também provocados pela retenção de terrenos particulares sem utilização das áreas urbanizadas, favorecem somente aos especuladores imobiliários, cuja prática supervaloriza as áreas mais centrais, deixando-as aos possuidores de renda média e alta. Ao mesmo tempo, são áreas mais bem servidas pelo poder público.

O mercado imobiliário da cidade tem uma oferta grande de edificações, mas é um mercado com distorções, apresentando altos custos de construção em que estão embutidas altas margens de lucros dos empreendedores, e voltado à oferta de habitações para famílias de renda média e alta, favorecidas pela concentração de renda, e que têm condições de adquirir os imóveis, mesmo como investimento

As famílias pobres e inquilinas, por muitas vezes impossibilitadas de comprar um terreno ou edificar uma habitação digna, ou foram empurradas para as cidades-dormitórios ou passaram a ocupar áreas públicas e/ou áreas desocupadas. Desta forma, a partir dos anos 1970 e 1980, Goiânia tomou-se terra de migrantes e palco de invasões, os posseiros ocuparam e passaram a construir suas moradias de forma improvisada, que são verdadeiras favelas, passam a morar sob lonas, vivendo em condições subumanas. A situação de invasor é comum a número significativo de pessoas, tomando possível a criação de associações desses indivíduos. As características básicas desses movimentos sociais urbanos são: a heterogeneidade social de sua base, em termos de inserção na divisão social do trabalho terciário e/ou informal; o fato de se moverem fundamentalmente no terreno dado por contradições sociais urbanas, serem movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida na cidade e pelo acesso popular à moradia

As invasões urbanas organizadas em Goiânia, nos anos 1970 e 1980, expressam um certo associativismo e participação política, criando condições à emergência de uma identificação entre os participantes desses movimentos, conforme aglutinam interesses

comuns pois a maioria é proveniente do êxodo rural. Talvez, seja esse o principal fator de união dessas pessoas e da luta por um pedaço de terra na cidade

O processo de mobilização das organizações populares contribuiu decisivamente para que o indivíduo lutasse por um pedaço de terra, o que não impediu a deterioração do quadro de carências e desigualdades sociais. Aliás, tais ocupações têm gerado uma constante preocupação com o crescimento desordenado da cidade, ao mesmo tempo que se percebe uma segregação dos migrantes de baixa renda oriundos do campo e de outras cidades do país.

### 1.5 - A migração e o desafio urbano de Goiânia

Goiânia enfrenta nos anos de 80 e 90 o desafio de reorganizar a sua estrutura urbana em virtude do contingente migratório e do próprio crescimento vegetativo de seus habitantes. A tabela 21 apresenta dados sobre o processo migratório nas décadas de 1970, 1980 e 1990, em Goiânia apresentamos a tabela 21, a qual nos dá uma idéia mais ampla do processo migratório, nas décadas de 70, 80 e 90, permitindo uma análise comparativa entre os fluxos migratórios, na qual percebe-se uma retração do fluxo migratório nos últimos anos analisados.

Tabela 21. População residente em Goiânia, provenientes de migração nos anos 70, 80 e 90 por lugar de nascimento e Região.

Lugar de nascimento	1970	1980		1991	
Rondônia	130	128	-1,54	634	395,31
Acre	126	194	53,97	287	47,94
Ama/onas	208	482	131,73	487	1,04
Roraima	17	61	258,82	74	21,31
Para	744	1.612	116,67	4093	153,91
Amapá	20	33	65,00	33	0,00
Tocantins					
NO	1 245	2.510	101,61	5 608	123,43

Tabela 21. População residente em Goiânia, provenientes de migração nos anos 70, 80 e 90 por lugar de nascimento e Região.

Maranhão	3.923	7.672	95,56	11590	51,07
Piauí	3.046	4.853	59,32	5812	19,76
Ceará	3.290	6.347	92,92	8464	33,35
Rio GR. Do Norte	3.621	5.131	41,70	5148	0,33
Paraíba	2.046	3.129	52,93	3759	20,13
Pernambuco	2.554	3.745	46,63	4097	9,40
Alagoas	499	758	51,90	908	19,79
Fernando de Nor	4	0	-100,00		
Sergipe	189	298	57,67	357	19,80
Bahia	19.450	29.474	51,54	34324	16,46
NE	38.622	61.407	58,99	74.459	21,25
Minas Gerais	49.965	79.477	59,07	71689	-9,80
Espirito santo	429	607	41,49	934	53,87
Rio de Janeiro	1.479	2.273	53,68	4173	83,59
São Paulo	11.244	17.262	53,52	19911	15,35
SD	63.117	99.619	57,83	96.707	-2,92
Paraná	1.024	2.407	135,06	3032	25,97
<i>Santa Catarina</i>	219	408	86,30	742	81,86
Rio Grande do Sul	453	1.141	151,88	2300	101,58
SU	1.696	3.956	133,25	6.074	53,54
Mato Grosso	3.834	7.006	82,73	6803	-2,90
Goiás	268.724	535.143	99,14	701201	31,03
Distrito Federal	1.154	3.765	226,26	6718	78,43
CO	273.712	545.914	99,45	714.722	30,92
Brasil sem espec		1.338		2223	66,14
Totais	378.392	715.413		920.110	

Fonice: IBGE. Tabulações Especiais dos Censos Demográfico de 1970, 1980 e 1991

Os dados da tabela 21 demonstram que Goiânia sofreu uma retração no fluxo migratório nos últimos dez anos, no entanto, essa retração não significa que os problemas como o inchaço e a urbanização desordenada da cidade estejam resolvidos.

A resolução dos problemas das grandes centros, como Goiânia pressupõe necessário a implantação de leis que regulamentem o uso do solo urbano, conforme já apontamos na primeira parte deste capítulo.

Cabe ressaltar, ainda a preocupação com a qualidade da urbanização que se tem realizado na cidade, pois Goiânia tem crescido em todas as direções, porém, um crescimento realizado à revelia, ao sabor dos empreendedores imobiliários, em que os novos loteamentos, segundo dados do IPLAN, não contam sequer com infra-estrutura básica, como água tratada e asfalto. Sem planejamento percebe-se que cresce a cidade mas cai a sua qualidade de vida.

## CONCLUSÃO

Procuramos, neste trabalho, compreender o processo migratório para a cidade de Goiânia, como reflexo das mudanças ocorridas no Brasil e no estado de Goiás, ressaltando os nexos com a urbanização e a industrialização e com a modernização no campo bem como, com o processo político nacional e estadual Assim, percebe-se que a migração, em cada momento histórico, é condicionada por fatores específicos, que não só condiciona o processo migratório como também o define

Nesta análise, buscamos ainda mostrar os condicionantes históricos, políticos e econômicos, que influenciam ou até mesmo direcionam os fluxos migratórios. No primeiro capítulo, apresentamos a migração no Brasil com uma revisão bibliográfica sobre o tema no Brasil No segundo capítulo analisamos a migração de forma mais detalhada, mostrando, de que forma ocorreu a ocupação de Goiás. No terceiro capítulo, traçamos um histórico da construção de Goiânia, bem como, a construção de Goiânia e sua ocupação influenciada por questões de caráter político e econômico. Analisamos também questões relevantes, como a inserção do migrante no mercado de trabalho e os problemas que enfrenta em relação à habitação

No Brasil podemos perceber que a migração normalmente constitui uma decisão que não é provocada por calamidades, mas essencialmente pela busca de melhores condições de vida Os migrantes geralmente migram para locais que lhes pareçam melhor do

que o atual. A migração do campo para a cidade, por exemplo, é condicionada por transformações estruturais, que rompem com a viabilidade do sistema agrário para o trabalhador rural ou mesmo o pequeno proprietário. Segundo vários autores apresentados, a migração é uma resposta aos problemas que não podem, na visão do migrante, ser solucionados no local em que se encontram. A migração dos nordestinos, na década de 1970 para a cidade de São Paulo, por exemplo, mostra que o nordestino procurava uma situação melhor do que a vivida no local de origem.

Na primeira parte do trabalho, com base nos dados obtidos, é possível afirmar que a urbanização, a modernização no campo e a fronteira são variáveis fundamentais para se compreender a questão da migração.

Quando analisamos, no segundo capítulo, o processo de ocupação e expansão das fronteiras de Goiás, procuramos explicar os fluxos migratórios para Goiás. O fenômeno da ocupação da fronteira em Goiás foi analisado, buscando compreender os momentos distintos desta ocupação. A primeira fase da ocupação da fronteira ocorreu com a expansão da atividade mineradora, que se localizava, sobretudo, no Centro-Sul do estado de Goiás. Os indivíduos que migravam para o local naquele momento tinham a expectativa de obtenção de riqueza e prosperidade, o que gerou um bom nível de ocupação da região. Desta forma pode-se entender atividade mineradora como forma de desenvolvimento, e que esta atividade cria um processo de ocupação da região.

Outro fator importante que se analisa sobre os fluxos migratórios é a terra, especialmente terra farta e barata, que constitui o condicionante para a migração para Goiás, no período de 1850 a 1910, ocasião em, segundo Aguiar (1998), ocorreu um aumento significativo da população da Região Sul do estado. Os migrantes provenientes.

sobretudo, de Minas Gerais e São Paulo foram atraídos pela enorme quantidade de terras desocupadas

Com a construção da estrada de ferro criam-se novas perspectivas de desenvolvimento para o estado de Goiás, provocando dessa forma um novo fluxo migratório. A construção da estrada de ferro trouxe para a região, novos investimentos e novas possibilidades de trabalho, o que normalmente atraiu as correntes migratórias.

A quarta etapa de ocupação do estado de Goiás está relacionada à *Marcha [Kira o Oeste*, momento no qual o discurso dominante das classes políticas é o da *integração Nacional*, apresentado pelo presidente Getúlio Vargas, cujo objetivo era integrar as regiões supostamente isoladas. Esse momento foi importante não só para Goiás, como também, especificamente para Goiânia, pois nesse período, ocorreu a transferência da capital do estado para a cidade de Goiânia, que recebeu migrantes de todas as partes de Goiás e do Brasil.

O processo histórico de construção da cidade e seu desenvolvimento foi marcado por intenso processo migratório. Na verdade, Goiânia é uma cidade de migrantes, já que três em cada quatro habitantes são de outros locais. Compreende-se a tendência à recepção de fluxos migratórios apresentada por Goiânia, em razão de sua situação de cidade planejada e construída com base em um vazio demográfico. Porém, a cidade recebeu um fluxo muito maior do que o esperado, ou para o número de pessoas para o qual foi planejada. Em decorrência do intenso processo migratório a cidade, começou a ter a partir da década de 1980, os problemas das grandes metrópoles, pois os migrantes que aqui chegaram, buscavam como em outras cidades, melhorar de vida o que implica em conseguir emprego e moradia, dois problemas constantes no cotidiano da cidade.

Os primeiros desafios enfrentados pelos migrantes que procuramos analisar são a moradia e trabalho. Para trabalhar estes temas, buscamos referências teóricas, e este trabalho se realizou com base em obras de autores que estudam a migração e os problemas dela decorrentes. Também analisamos dados do IBGE, IPLAN e da Secretaria de Cidadania e Trabalho (Programa Renda Cidadã), com base nos quais pudemos constatar que os problemas que a migração e os migrantes vivenciam em outras cidades, existem também em Goiânia.

Uma das questões relevantes no caso de Goiânia, é o acesso ao mercado de trabalho pelo migrante, pois pudemos constatar pelos dados analisados que mais de 90% dos migrantes não possuem o primeiro grau completo, o que dificulta o acesso a um emprego com boa remuneração. Normalmente os migrantes empregam-se em atividades que exigem baixa escolaridade, recebendo salários baixos, que variam de meio salário mínimo até dois salários mínimos. Gostaríamos de ressaltar que, conforme os dados, os salários baixos não estão restritos apenas à população migrante, mas aos indivíduos com baixa escolaridade. Constatamos que a maioria dos migrantes possui baixo nível de escolaridade, e em decorrência ocupam empregos com baixa remuneração, atuam em atividades do setor informal, ou até mesmo tomam-se desempregados.

O desafio da habitação é mais um dos obstáculos que os migrantes enfrentam. A cidade de Goiânia oferece uma boa qualidade de vida aos indivíduos que possam pagar por ela, o que não é o caso dos migrantes, pelas razões assinaladas.

Muitos migrantes, pela situação de miséria em que se encontram, não conseguem sequer um terreno a ser pago em longas prestações. Resta a essas pessoas morar em casas de aluguel ou mesmo morar na habitação de algum parente, ou esperar para invadir uma área pública ou privada, formando confinamentos de pobreza nas periferias.

mais distantes do centro da cidade. Periferias estas concebidas nos grandes centros como favelas

Permanece, portanto, o problema da moradia Quando não consegue comprar um terreno, pagar o aluguel, o indivíduo busca alternativas, que possam solucionar o problema da moradia

Para grande parte dos migrantes, a solução adotada tem sido a posse da terra urbana As invasões passam a ser um constante na cidade, normalmente realizadas em áreas impróprias para ocupação urbana, as de alto risco. Há também os loteamentos clandestinos, citados pelo IPLAN, como um dos principais problemas da cidade de Goiânia.

A construção do quadro de referência empreendido neste trabalho ressaltou os fatores envolvidos nos processos migratórios para Goiânia desde sua criação até a década de 90. Reconhecendo que este é um processo dinâmico consideramos que outros trabalhos poderão, e esperamos que o façam, descortinar outros elementos para a explicação deste processo As alterações percebidas no campo, por exemplo, deverão acrescentar novos elementos a esta dinâmica O contínuo processo de “urbanização” que atinge áreas rurais tem provocado significativas transformações econômicas e culturais Por exemplo, tabulação dos dados da PNAD/IBGE realizado por Graziano da Silva (1997), revela que em 1990, apenas 62,0% da PEA Rural do Centro-Oeste dedicava-se a atividades ligadas à agropecuária Isso quer dizer, a grosso modo, que 4 em cada 10 habitantes de áreas rurais não dedicam-se a atividades que normalmente associamos a este ambiente É de se esperar que estas mudanças contribuam para ressaltar a complexidade dos processos aqui analisados Esperamos que as ciências sociais recuperem os estudos sobre migração, dado o impacto que o mesmo apresenta, quer sobre as cidades que recebem os migrantes, quer sobre os próprios indivíduos envolvidos no processo

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque *Terras de Goiás. Estrutura Fundiária-1850/1920*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998

BORGES, Barsanulfo Gomides *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Ed UFG, 1990

CAMPOS, Francisco Itami & BERNARDES, Genilda D *Goiânia: sociabilidade na periferia*. Ciências Humanas em Revista Goiânia Ed.UFG, Ver ICHL, Vol. 2 N° Vi, 1991

CÂNDIDO, Antônio *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes *A revolta camponesa de formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.

CASTRO, M G. et al “O processo de inserção do migrante na sociedade urbano industrial” In: MOURA, Hélio (Coord ) *Migração interna* texto selecionados Fortaleza BNB-Etene, 1980.

CONSELHO de Imigração e Colonização da República (org). *Goiás: uma nova fronteira humana*, Rio de Janeiro: 1949. (mimeo)

CHAUL, Nasr Fayad *A construção de Goiânia e a transferência da capital* Goiânia Cegraf-UFG 1988.

CORDEIRO, Narcisa Abreu *Evoluções do plano urbanístico*. Goiânia IPLAN, 1989.

COSTA, M A. *Urbanização e migração urbana no Brasil* Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1975.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) (org ) *Conquistar a terra, reconquistar a Vida*. Petrópolis Vozes, 1985

*Espinhoso caminho para a liberdade no campo*. São Paulo: Loyola, 1990

*Conflitos no campo Brasil/1992*. Goiânia: Loyola, 1992.

Crescimento da população nas capitais *Conjuntura Econômica*. Ano X, n°s 4 e 5, maio e junho 1956 p. 61-66 e 55-63.

DEMO, Pedro *Metodologia científica em ciências sociais* São Paulo Atlas, 1985.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. *O Poder e a Estrutura Agrária nos Municípios de Ceres e Jaraguá - GO: (Jma análise com/xirativa*. Tese de doutorado São Paulo: USP, 1999.

DUHRAN, Eunice R *A caminho da cidade* São Paulo: Perspectivas, 1985.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul *O Sul: Caminho do roçado; estratégias de Reprodução camponesa e transformação social* São Paulo, Marco Zero Brasília/DF Editora Universidade de Brasília MCT-CNPq, 1989 (Coleção Pensamento Antropológico).

GOMES, Honeste & NETO, Antônio Teixeira *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Cegraf-UFG, 1993.

GRAHAN, Douglas H. *Migrações Internas no Brasil 1872-1970*. São Paulo: CNPQ, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1994 (Mimeo)

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord ) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira* São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro* Revista Nova Economia Belo Horizonte, v. 7, nº 1, maio, 1997

GREMAUD, Amaury Patrick et al *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin *Formas de organização camponesa em Goiás (1954 64)*. Goiânia Cegraf-UFG, 1988

IANNI, Octávio *Estado e planejamento no Brasil (1930-1970)* Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1977,

\_\_\_\_\_. *Origens Agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Tabulações especiais do censo de 70 e 80*. Rio de Janeiro IBGE, 1980 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *IX Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO de planejamento (IPLAN) *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia* Goiânia Prefeitura Municipal, Vol. I e II, 1992.

JARDIM, Antônio de Ponte *A Influência da migração nos mercados de trabalho urbano das capitais do Centro-Oeste brasileiro - 1980* 2 ed , Rio de Janeiro Revista, 1990

JANNUZZI, Paulo de Martino *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista* Campinas Autores Associados, 2000.



MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1986. (mimeo).

MARTINS, José de Souza *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo Biblioteca Pioneira Ciências Sociais, 1973.

\_\_\_\_\_. *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão In: *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. "O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira". *Tempo Social Revista de Sociologia São Paulo: USP*, 8(1):25-70, maio de 1996.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* 4. ed Petrópolis: Vozes, 1990.

MIZIARA, Fausto. *Fronteiras de Goiás* Congresso Brasileiro de Sociologia Fortaleza, 2001, (mimeo).

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Assassinatos no campo crime e impunidade (164 86)*. Globalp

NETO, Wenceslau Gonçalves *Estado e agricultura no Brasil* São Paulo: Hucitec, 1997

O POPULAR *O Signo do Progresso*. Goiânia, 24 de Outubro de 1991.

RASSI, Solange *O Estado e a gestão urbana - o caso de Goiânia*. Brasília: UNB, 1985.

ROCHA, Maria Beatriz (Coord ). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, Ariete Moysés. *Moradia nas cidades Brasileiras*. 2. ed São Paulo: Contexto, 1989.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988

SILVA, José Graziano da *A modernização dolorosa* Rio de Janeiro Zahar, 1982

SORJ, Bernardo *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar: 1980

VELHO, Otávio Guilherme *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudos do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar 1972.